



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ATA DA 80ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL – BRASÍLIA – 17 DE SETEMBRO DE 2015.**

1 Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de setembro de 2015, na sala de reuniões do
2 Edifício Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, localizado
3 no SEPSUL 713/913, lote D, 5º andar, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho
4 Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência da Doutora Jurema Machado, Presidenta
5 do IPHAN, para sua 80ª Sessão Plenária. Os Conselheiros deliberaram sobre a seguinte
6 Ordem-do-Dia: **MANHÃ:** 1. INFORMES. 1.1–Presidência; 2. Aprovação da Ata da 79ª
7 Reunião do Conselho Consultivo. 3. **PROPOSTA DE TOMBAMENTO** do Conjunto
8 Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais.
9 Relatora: Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens. **TARDE** –14 horas. 4.
10 **PROPOSTA DE TOMBAMENTO** do Prédio da Rua da República, nº 26, no Rio de Janeiro,
11 Estado do Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho. 5. **PROPOSTA DE**
12 **REGISTRO** do bem cultural de Natureza Imaterial Pau de Santo Antonio, em Barbalha,
13 Ceará. Relator: Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. 5. Estiveram presentes os
14 seguintes Conselheiros: **ÂNGELA GUTIERREZ; BRENO BELLO DE ALMEIDA NEVES;**
15 **LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM; LUIZ PHELIPE DE CASTRO ANDRÉS; LUIZ**
16 **VIANA QUEIROZ; MARCOS CASTRIOTO DE AZAMBUJA; MARIA CECÍLIA**
17 **LONDRES FONSECA; NESTOR GOULART REIS FILHO; SYNÉZIO SCOFANO**
18 **FERNANDES; ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES,** representantes da
19 sociedade civil; **CARLOS EDUARDO DIAS COMAS,** representante do Ministério da
20 Educação; **CARLA MARIA CASARA** representante do Instituto Brasileiro do Meio
21 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA; CARLOS ROBERTO**
22 **BRANDÃO,** representante do Instituto Brasileiro de Museus – **Ibram; CLÉO ALVES PINTO**
23 **DE OLIVEIRA,** representante do Ministério das Cidades; **CRISTIANE NUNES GALVÃO**
24 **BARRETO,** representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira – **SAB; MARIA DA**
25 **CONCEIÇÃO ALVES DE GUIMARAENS,** representante do Instituto de Arquitetos do
26 Brasil - **IAB; ROQUE DE BARROS LARAIA,** representante da Associação Brasileira de
27 Antropologia – **ABA.** Justificaram ausência, os conselheiros **ARNO WEHLING, ITALO**

28 COMPOFIORITO, e MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA, representantes da
29 sociedade civil; ACIR PIMENTA MADEIRA FILHO, Representante do Ministério do
30 Turismo. A **Presidenta Jurema Machado abriu a 80ª Reunião** saudando os Conselheiros,
31 ressaltando a frequência com quase cem por cento do Conselho, e a presença de Carlos
32 Brandão, presidente do Ibram que assumiu a vaga do órgão no conselho, originalmente, até a
33 última gestão, ocupada por Ângelo Oswaldo. Destacou ser “um privilégio porque,
34 normalmente, os presidentes não têm tanta disponibilidade para esse tipo de atividade e ele
35 está aqui como soldado do Patrimônio, junto conosco”. Em seguida passou ao ponto 1 da
36 pauta, referente aos Informes. “Vamos começar pelos tradicionais informes. Nós temos um
37 informe um pouco mais extenso relativo ao Projeto Paisagístico da Marina da Glória, que é
38 sempre o nosso clássico tema dos informes. Mas antes disso, eu gostaria de compartilhar com
39 vocês o momento institucional e político que estamos vivendo e todos os rebatimentos da
40 situação econômica do país para o Iphan. De fato, tivemos este ano um orçamento reduzido.
41 O orçamento do Iphan e do Ministério da Cultura vem sendo reduzido desde 2011. Não é um
42 fato específico deste ano. Mas temos tido uma estratégia cuidadosa tentando aproveitar este
43 momento com outra abordagem, especialmente para dar maior fôlego às ações de
44 planejamento e reflexão sobre a nossa atividade. Eu vou explicar o que significa isso. Do
45 ponto de vista orçamentário, nós fizemos uma proposta orçamentária inicialmente de 123
46 milhões para este ano. E tivemos uma redução para 92 milhões. Isso implica orçamento de
47 custeio e de investimento. A folha de pessoal está fora desse cálculo. Mas o que é bastante
48 grave nesse valor de 92 milhões, é que 70 milhões desses 92 milhões, são custos de
49 manutenção. Então do ponto de vista de investimento restaram 22 milhões, isso fora o PAC,
50 que é um valor em separado. Os custos de manutenção do Iphan são altos porque são 60
51 unidades no país, todas as superintendências nos estados, mais os escritórios técnicos, mais
52 Sítios Burle Marx, Paço Imperial e Museu do Folclore que é outra unidade do CNA, mas
53 também fica em Brasília com custos aqui. Temos a unidade do Capanema, também uma
54 unidade gestora. São custos incompressíveis. Com isso, ficamos com apenas 22 milhões para
55 aplicação em investimento. O PAC Cidades Históricas tem tido uma execução baixa,
56 independentemente da questão financeira do contexto do governo de forma geral, porque ele é
57 um programa partilhado com os municípios e, sobretudo, porque nós não tínhamos projetos
58 prontos para licitar obras. Isso significou que nós dedicamos um ano e meio, o resto do ano de
59 2013, e o ano de 2014, na contratação e desenvolvimento de projetos. Estamos diante de um
60 mercado muito despreparado para projetos dessa natureza, tanto do ponto de vista dos
61 projetos quanto da execução de obras. São poucas empresas qualificadas. As regras de

62 licitação muitas vezes nos dificultam muito chegar a empresas de mais qualidade, tanto para
63 projetos quanto para obras. Outro fato que é muito específico do Patrimônio é que se, de
64 forma geral não se investe em projetos, no Patrimônio menos ainda. Primeiro, nunca é
65 prioridade de governo algum. Então ninguém tem projetos na gaveta na expectativa de buscar
66 recursos. Segundo, são projetos que envelhecem porque como eles partem do pressuposto do
67 estado de conservação do edifício, não adianta fazer projeto de restauração e guardar na
68 gaveta. Então, no início recebemos documentos de projetos que eram supostamente projetos e
69 ao se verificar, eles não tinham condição de ser licitados, não ofereciam mínimo de elementos
70 para isso. As normas de controle no que diz respeito a orçamentos têm sido extremamente
71 rigorosas. Então se o projeto é impreciso não se consegue ter um orçamento preciso, portanto,
72 não se consegue finalizar e fazer as licitações. Então a situação se por um lado foi de baixa
73 execução financeira, o que acabou casando com este momento de crise, por outro, nós não
74 chegamos a deixar de fazer coisas. Das 424 obras selecionadas, 60 estão em andamento, 57
75 estão em licitação e/ou autorizadas e 10 já foram inauguradas. Então o que entristece é a
76 possibilidade de que em 2016 seria um ano de um grande volume de obras em andamento,
77 com isso pode ser que, aí sim, possamos sentir os efeitos da redução orçamentária. Até este
78 momento ainda não sentimos praticamente porque nós executamos sim, mas gastamos a maior
79 parte dos recursos com projetos. O Palácio Gustavo Capanema está passando por uma
80 restauração de muita qualidade que tende a ser uma restauração completa se o quadro não se
81 alterar completamente e se não tivermos recursos para a continuidade. Neste momento, estão
82 sendo feitas as fachadas. Eu acho que é até um *case* aí para as escolas de arquitetura, porque a
83 intervenção é extremamente complexa e completa no que diz respeito à conservação daquele
84 tipo de esquadria e *breezes*. Neste momento tem uma obra em andamento envolvendo as duas
85 fachadas mais estreitas. As revestidas em pedras já foram feitas e agora estão fazendo as duas
86 fachadas principais e alguns elementos do interior do edifício, pré-condição para iniciar a obra
87 dos pavimentos. Mas os projetos estão completos tanto do ponto de vista de viabilizar
88 instalação de ar condicionado, que sempre foi o sonho do Capanema, sem fazer interferência
89 em tetos, sem perder aquela coisa da imagem do pavimento livre, que é o símbolo mesmo do
90 prédio., e de uma proposta, de uma dinâmica de uso futuro que eu acho que também vai ser
91 muito rica para o prédio. Estamos fazendo uma intervenção, esta também já iniciada em
92 Paranapiacaba, aquele conjunto de casas de madeira mais os principais edifícios. O que está
93 contratado neste momento são as 240 casas de madeira que têm lá das diversas tipologias, e
94 eu acho que teremos a vila totalmente restaurada. Um projeto belíssimo também para
95 Missões, dando um tratamento à altura tanto do acervo no que diz respeito ao acervo

96 museológico quanto receptivo turístico e áreas de apoio para o Iphan e também a questão dos
97 Guaranis que não têm uma solução adequada lá no Sítio, não tem uma solução construtiva
98 adequada para que eles tenham um protagonismo ali logo na entrada do conjunto. Enfim, na
99 Bahia há algumas obras, a Catedral Basílica está em obras, dá vontade até de fazer uma
100 reunião do Conselho lá para vocês verem a dimensão do projeto. É uma obra de restauração
101 dos interiores da Catedral Basílica de São Domingos, muito especial porque também
102 completíssima e trazendo informações novas do ponto de vista de autoria, de firmação de
103 autorias, de acesso a pinturas anteriores de muita qualidade, algumas tecnologias também
104 novas nesses dois casos, enfim, há um conjunto aí de situações muito interessantes pelo país,
105 embora em pequeno número, o Forte São Marcelo também sendo restaurado, mas aí no caso é
106 um trabalho de contenção do mar que era uma coisa de pré-condição para qualquer uso ou
107 mesmo para conservação do prédio. Aquela fachada da Conceição da Praia que é uma
108 situação que dá um incômodo muito grande em Salvador, dois dos principais casarões ao lado
109 da igreja estão sendo adaptados para um receptivo que vai atender a Igreja da Conceição da
110 Praia e assim possibilitar a sustentabilidade da própria igreja, porque tem aqueles casamentos
111 valiosíssimos, e ao que parece é uma agenda procuradíssima na Conceição da Praia. Então
112 tem situações muito boas, obras muito interessantes. Goiás já fez muita coisa. A Rua Grande
113 de São Luís, que é rua principal que corta o Centro Histórico, ela também está contratada.
114 Outros trabalhos também já foram entregues em São Luís. Então, tem um quadro interessante
115 aquém daquilo que nós estamos autorizados a fazer pela questão dos projetos, mas andando e
116 até este momento ainda não sentimos falta de recursos porque não conseguimos gastá-los. Do
117 ponto de vista do que eu disse do recuo do orçamento, também nos obriga a pensar um pouco,
118 eu acho que aí é um tema que eu tenho trazido aqui não de forma sistemática, mas que por
119 diversas vezes nós já comentamos, que é essa dimensão que alcançou o Iphan do ponto de
120 vista das responsabilidades das grandes áreas tombadas, do que representam os compromissos
121 com o Patrimônio Imaterial que é quantitativamente menor, mas do ponto de vista de
122 complexidade é algo muito extenso que envolve um conjunto de políticas fora da política de
123 Patrimônio que para nós é um desafio, um aprendizado que se avoluma cada vez mais. Eu
124 acho que estamos num momento, teremos aí os 80 anos, a partir de 2016, que vamos começar
125 a comemorar e que devem servir mesmo para um momento de reflexão mesmo sobre a
126 política de Patrimônio no país. Temos mesmo muito que pensar do ponto de vista de como
127 partilhar essas responsabilidades de forma mais efetiva, como direcionar mais a ação do Iphan
128 para promoção do Patrimônio e para a capacitação e menos para os controles e fiscalização,
129 não menos no sentido de sair, mas compartilhar mais isso com outros instrumentos,

130 especialmente com os urbanísticos, e trabalhar mais na promoção e na produção de
131 conhecimento e capacitação. Enfim, acho que temos que usar este momento de certa retração
132 para pensar na própria instituição. E muitas ações internas, de modernização da gestão que
133 estamos conseguindo fazer um pouco nesse refluxo. Continuamos com os problemas
134 estruturais de corpo técnico tanto quantitativamente porque estamos perdendo pessoas, mas
135 também pelas condições salariais. A perspectiva agora com a situação econômica é de não
136 reajuste ou de não introdução de novos planos de carreira que sempre foram desejo do Iphan,
137 então com essa situação certamente vem uma turbulência pela frente que vamos ter que
138 enfrentar. Do ponto de vista do que tem circulado na imprensa a respeito de extinção do
139 Ministério da Cultura, esse tema foi objeto de uma reunião com o ministro na segunda-feira,
140 ele está relativamente tranquilo. Não se pode afirmar nada. Mas a associação da Cultura com
141 a Educação não parece uma saída interessante. Na verdade, a redução de cargos e ministérios
142 é mais simbólica do que um gesto de gestão. Não é aí que o problema econômico vai se
143 resolver. Enfim, é um momento bastante difícil, de insegurança, de ter pouca possibilidade de
144 pensar para frente, mas o que temos feito na casa é trabalhar com muita responsabilidade em
145 relação à situação que se apresenta agora, mas sem nenhum vacilo no sentido de que
146 continuamos caminhando. As coisas andaram todas normalmente este ano, sem nenhum
147 refluxo, a não ser esse de novos compromissos, de novos investimentos que todo mundo
148 deseja fazer, mas que temos que botar um freio e priorizar as superintendências que não
149 tiveram PAC. Esperar passar a turbulência, mas com a cabeça no lugar. Acho que temos
150 conseguido fazer isso aqui com o apoio da casa que tem uma compreensão até introjetada
151 deste momento e que está todo mundo coeso nesse sentido”. Em seguida, Jurema Machado
152 apresentou o **novo diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial**, TT Catalão, que se
153 dirigiu ao Conselho com as seguintes palavras: “Bom-dia. Realmente a consciência de estar
154 numa posição do Iphan institucional é bem diferente da minha paixão, o meu respeito à
155 trajetória histórica desta casa que se construiu durante anos. Então, agora mais se concretiza
156 uma série de impressões e intuições do quanto esta casa é uma instituição que tem conceitos,
157 que tem fundamentos, que tem princípios muito estáveis e muito enriquecedores de uma
158 identidade nacional, não só uma entidade que seja uma carteira de identidade fixa de um
159 registro nacionalista nesse sentido estagnado, mas dinâmico, o quanto isso é importante para
160 este momento, o quanto é confortável, mesmo que alguns motores possam ser desaquecidos e
161 até um ou outro desligado, há um plano de voo porque é uma instituição que tem princípios.
162 Isso, na construção democrática do Brasil, é muito difícil. A minha ligação mais forte veio a
163 partir de Aloísio Magalhães CNRC como jornalista. Sou jornalista, fotógrafo. É um perfil

164 bem diferente, até volta muito a constituição daquela constelação brilhante de Rodrigo que era
165 uma plêiade, um conjunto de inteligências como este conselho representa muito bem”,
166 declarou. Prosseguiu falando de atividades realizadas em Salvador: “Estamos recém-chegados
167 a uma intensa atividade em Salvador onde foi construído o conselho gestor do ofício das
168 Baianas do Acarajé, no Palácio Rio Branco. São simbólicas essas instalações dentro de
169 palácios porque legitima o palácio, inclusive. Eu percebi muito, aqui, esse respeito aos
170 detentores. Então eu me sinto honrado, feliz de continuar esse compromisso num
171 departamento que tem o que eu até chamo de santíssima trindade, aqui, Márcia Sant’Anna,
172 Célia Corsino e Cláudia Márcia, mas estamos muito em busca de fundamentos, de reler, de
173 rever. Tem um discurso de Aluísio, de 80, que é belíssimo e muito apropriado em que ele
174 pergunta se uma nação para ser poderosa e rica vai ter que perder o caráter, vai ter que perder
175 seus bens culturais, suas referências, seus valores principais. Isso é muito importante. Ontem
176 foi um exemplo muito forte na instalação do Conselho Gestor do Ofício das Baianas que está
177 sob ameaça e depois a Mãe Estela virando um carimbo dos Correios, por mais que as pessoas
178 mandem SMS, ninguém usa mais os Correios, mas é simbólico tê-la no selo dos Correios, os
179 90 anos de celebração. E, à noite, a entrega das matrizes, o prêmio que foi feito, a Seppir e o
180 Iphan também no Palácio Rio Branco. Isso tudo é animador porque parece que estamos
181 cercados de incertezas. Nós estamos até numa linha que aquela Epístola de São Paulo, que o
182 Renato Russo fez uma música: “É preciso amar como se não houvesse amanhã”. Mas é o
183 contrário, nós continuamos amando na certeza que vai haver o amanhã. Isso é muito o espírito
184 da casa. É muito o espírito da equipe que é muito comprometida. Agora mesmo eu estava
185 colocando umas fotos dos eventos de ontem, que parece assim, que os brasis estão dizendo ao
186 Brasil: “Não me queira mal porque eu sou um bem”, a gente sente muito fortemente isso,
187 ninguém abaixa a cabeça, ninguém está desesperanço e é exatamente pelo nosso trabalho, pela
188 força que vocês tanto acolhem e nos dão também. Muito obrigado e é uma honra tentar honrar
189 ao máximo esse compromisso de dar continuidade a uma grande e belíssima história”. Após
190 as considerações de TT Catalão, a **Presidenta** aproveitou para informar sobre a candidatura
191 da Pampulha a Patrimônio da Humanidade cuja avaliação do Sítio será feita com a chegada a
192 Belo Horizonte, na próxima semana, da Consultora do Icomos, a serviço da UNESCO, para
193 avaliação do Sítio o que representa uma fase adiantada do andamento do processo, visto que o
194 dossiê já está aceito e pautado para a próxima reunião do órgão, dependendo apenas da
195 avaliação da consultora. Falou, ainda, sobre o dossiê que está em andamento para ser
196 encaminhado à UNESCO, mas para 2016, do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. De
197 acordo com Jurema “não vai ser uma tarefa muito simples porque os remanescentes físicos do

198 Cais são muito singelos. É uma pequena área de calçamento de pedra, um entorno bastante
199 conturbado, mas o que ele significa do ponto de vista simbólico, pode ser comparado com
200 outros sítios patrimônios mundiais ao redor do mundo que têm esse perfil chamado “Sítios
201 sensíveis”, comparações que a UNESCO pede, por exemplo, comparar com a prisão onde
202 ficou Mandela, na África do Sul, ou com Auschwitz, que a UNESCO também registrou, ou
203 mesmo fazer as comparações com outros portos, locais de saída de escravos na África. Quer
204 dizer, são sempre sítios cujo valor não é a beleza, não é a homogeneidade, não é a integridade
205 de determinado estilo arquitetônico, mas é sobretudo um valor histórico de um porto por onde
206 seguramente entraram mais de um milhão de escravos e isso significou uma mudança cultural
207 completa nas Américas e mesmo no mundo. Construiu-se aqui outra cultura a partir desse
208 grande contingente”. Sobre os vestígios arqueológicos, disse que “além das pedras, os objetos
209 que foram encontrados no sítio dão conta dessa mistura cultural que significou desde
210 muçulmanos às mais diversas religiões africanas, crenças etc., que estão lá sob a forma de
211 adornos, bijuterias, objeto de uso etc., que se associam a esse conjunto de pedras aqui para
212 representar esse sítio arqueológico. É todo um complexo relacionado à escravidão ou com a
213 chegada desses contingentes, entre eles, o cemitério dos pretos novos que tem lá os vestígios,
214 assim como referências ao que seria o lugar do mercado, referências ao que seria o lugar do
215 Lazareto, onde chegavam os doentes, os mortos ou chegavam para venda. De alguma forma
216 esses vestígios estão lá e temos uma expectativa de que para a UNESCO, talvez para
217 avaliação clássica do ICOMOS, possa significar uma coisa um pouco estranha, mas eu acho
218 que até os setores ligados àquele programa da História Geral da África ou da rota dos
219 escravos vão ser elementos para a UNESCO considerar com muito cuidado a inscrição desse
220 sítio”, ponderou. O Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Andrey
221 Rosenthal Schlee, fez algumas considerações sobre ações desenvolvidas em conjunto com o
222 Departamento do Patrimônio Imaterial. Destacou que “esses eventos que aconteceram esta
223 semana na Bahia e que dizem respeito a um conjunto de ações que estão sendo desenvolvidas
224 por um grupo de trabalho interdepartamental e que reputamos aqui da maior importância,
225 porque conseguimos dar finalmente um passo além e que garante atuação conjunta entre o
226 Departamento de Patrimônio Imaterial e Departamento de Patrimônio Material, ou seja, como
227 tem que ser, superando a nossa organização interna administrativa, isso é um avanço muito
228 grande”. Como exemplo citou as atividades de elaboração do dossiê para Patrimônio da
229 Humanidade do Mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, que só tem sentido, de acordo
230 com ele, se for apresentado à UNESCO, “construído com essa relação do Imaterial com o
231 Material”. Em seguida pediu a palavra o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para apoiar

232 a fala da Presidenta no sentido de cuidar do que está em andamento diante da carência de
233 recursos. O representante do Instituto Brasileiro de Museus, Carlos Brandão, agradeceu a
234 acolhida como integrante do Conselho e ressaltou a parceria entre o Ibram e o Iphan com a
235 questão do PAC das Cidades Históricas, com previsão de aplicação de 70 milhões nos 29
236 museus do Ibram. Acredita que ao longo de sua gestão “vai ser possível não só colocar os
237 museus de novo em pé, mas também fazer uma reforma grande na museografia e colocar os
238 museus realmente a serviço da comunidade”. A Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca
239 pediu a palavra: “Primeiro, eu só queria fazer menção às falas anteriores, TT, muito prazer, já
240 nos conhecemos e é bom ver como você já está totalmente com a camisa vestida do
241 Patrimônio Imaterial, já há muito tempo, mas agora dentro da casa e dizer que cada vez que
242 eu venho aqui e participo dos trabalhos e nesses tempos a que se refere o General sentimos
243 que esses 80 anos do Iphan representam um acervo, um patrimônio muito precioso. Um
244 patrimônio não em termos de bens tombados, registrados, mas de uma prática política. Nós
245 estamos todos aqui trabalhando voluntariamente, todo mundo se dedicando muito, um corpo
246 pequeno, mas é uma prática que podemos acompanhar a construção dela”. Acrescentou que
247 estava entusiasmada com a candidatura do Valongo por mostrar a importância do trabalho
248 conjunto do Material com o Imaterial e a noção do peso simbólico do reconhecimento pelo
249 Estado do que seria o lugar de memória, ainda que o vestígio *in loco* não seja tão expressivo,
250 do ponto de vista de documentos históricos, e apontou que nunca outra grande metrópole tem
251 um lugar com tanta marca da presença da população dos negros, dos escravos no mundo,
252 como é a cidade do rio de Janeiro e que o peso dessa candidatura é absolutamente inédito e
253 valioso para o trabalho da UNESCO com a questão dos documentos da rota dos escravos e de
254 toda essa memória. Em seguida falou o Conselheiro Marcos Castrioto de Azambuja para dizer
255 que a Presidenta pode contar “nesses momentos de turbulência” com o Conselho, um
256 colegiado pequeno, segundo ele, mas um conselho que como poucas instituições no Brasil
257 tem credibilidade, tem ressonância, respeitabilidade. O Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho
258 pediu licença à Presidenta para apresentar moção aprovada pelo Conselho Superior do
259 Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB para que os Conselheiros se manifestassem acerca da
260 situação dos arquitetos e urbanistas do Iphan, em função da Lei nº 12.277/10, que instituiu
261 estrutura remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista,
262 Estatístico e Geólogo, e não enquadrou os servidores dessas profissões no Iphan,
263 classificando-os como técnicos, deixando-os fora dessa estrutura remuneratória, situação
264 referendada por parecer da Advocacia Geral da União – AGU. A Presidenta Jurema Machado
265 esclareceu ao Conselho que o Plano de Carreiras do Iphan obedece a uma metodologia

266 adotada há muitos anos pelo Ministério do Planejamento de não mencionar carreiras. Nessa
267 metodologia, explicou a pessoa não é bióloga, não é historiador, não é engenheiro florestal,
268 ela é uma especialista em conservação e restauro, um técnico em conservação e restauro,
269 asseverou, sendo adotada essa classificação no plano de carreira do Iphan esse técnico em
270 conservação e restauro não necessariamente técnico em Patrimônio, estando juntos os
271 arquitetos, engenheiros, historiadores, antropólogos, independentemente da profissão.
272 Solicitou que o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Iphan, Dr. Ronaldo Guimarães
273 Gallo esclarecesse a respeito. Segundo Ronaldo Guimarães Gallo, “como há controvérsia em
274 cima da Lei nº12.277/10 e depois replicou encima gerando uma nova controvérsia a respeito
275 da história de se técnicos são arquitetos ou não. Eu vou tentar explicar um pouquinho isso
276 porque se criou uma confusão que é maior do que está no parecer. Na verdade, o parecer da
277 AGU nunca disse que os técnicos do Iphan não são arquitetos. Quais são os fatos? Primeiro, a
278 Procuradoria Federal junto ao Iphan é órgão da AGU. A Consultoria Jurídica do Ministério do
279 Planejamento é, também, órgão da AGU. Então acerca lei, nós sabíamos que havia um
280 parecer contrário da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, órgão da AGU,
281 manifestando-se a respeito da impossibilidade do enquadramento. Nós da Procuradoria
282 Federal junto ao Iphan, também órgão da AGU, emitimos um parecer contrário entendendo
283 que eles deveriam se enquadrar na 12.277 por alguns motivos que deixamos claro no parecer,
284 especialmente, a forma como foi criada a carreira de técnico do patrimônio cultural. Como há
285 conflitos entre órgãos jurídicos da AGU, nós remetemos à entidade superior, o Departamento
286 de Consultoria da Procuradoria da Procuradoria Geral Federal da AGU, que decidiu que quem
287 estava com a razão era a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, ou seja, não
288 haveria controvérsia e equivocados estávamos nós. O que a Consultoria Jurídica do Ministério
289 do Planejamento diz? Em primeiro lugar, o cargo que engloba arquitetos e engenheiros no
290 Iphan é o técnico do Patrimônio Cultural. Então, quando resolveram criar a carreira, o nome
291 dado era o de técnico do Patrimônio Cultural. O que a Consultoria Jurídica do Ministério do
292 Planejamento disse: a Lei 12.277 traz, num determinado artigo, que mereceriam o *plus*
293 remuneratório aquelas carreiras constantes no anexo II. Essas carreiras traziam a
294 nomenclatura e o respectivo código. E nesse anexo não se encontravam os técnicos de
295 patrimônio cultural e nem os códigos que os identificavam no Ministério do Planejamento.
296 Por esse fato, entendeu-se que o Anexo estava incorporado à lei e era determinante para esse
297 *plus* salarial. A Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento entendeu que essa
298 remuneração, esse acréscimo não se deveria ser dado aos técnicos do patrimônio cultural,
299 como muitas outras carreiras em que há arquitetos e engenheiros com uma nomenclatura

300 diferente e um código diferente. Certo ou errado o entendimento, ele não é totalmente
301 desarrazoado ou uma aberração jurídica. Como eu já disse, o nosso entendimento foi
302 contrário, mas fomos vencidos por duas instituições, uma a Consultoria Jurídica e a outra a
303 instituição superior hierarquicamente que é a Procuradoria Federal junto ao Iphan. Fato é
304 então que nunca houve em nenhum desses pareceres a afirmação de que os técnicos de
305 Patrimônio cultural não são arquitetos ou engenheiros. Com relação ainda a projetos
306 arquitetônicos, que é função exclusiva de arquitetos, nós sabemos que há uma resolução do
307 CAU, nesse sentido, definindo que projetos de arquitetura e afins são de competência
308 exclusiva de arquitetos. Também nos manifestamos avisando que há diversas ações judiciais
309 debatendo ao mesmo tempo, poderia advir nova liminar a qualquer tempo e se advir nós
310 vamos ter que acatar. No momento, o que vale é a resolução do CAU. Eu espero ter
311 explicado. Obrigado”. A Presidenta complementou: “Eu agradeço muito a manifestação do
312 conselheiro Nestor, e resumidamente, o que o doutor Ronaldo Gallo explicou é que o
313 Planejamento não diz que não somos arquitetos, mas sim diz que não nos enquadrados na lei
314 tal que dá um salário especial para arquiteto, o que é um sofisma. Mas ele baseia numa
315 formalidade, a lei tem um anexo com uma lista específica de códigos. Mas o que eu gostaria
316 de sugerir é que depois nós minutássemos conjuntamente algo que nos atenda no sentido de
317 reforçar a argumentação do IPHAN para ser assinado pelos conselheiros. De qualquer forma
318 eu acho que a manifestação é bem-vinda e não abrimos mão ainda dessa possibilidade”. Feitas
319 essas considerações Jurema Machado deu continuidade aos Informes com a apresentação do
320 Projeto Paisagístico da Marina da Glória, pela Coordenadora do Escritório Paisagístico Burle
321 Marx, Sra. **Isabela Ono**. Antes da apresentação, Andrey Rosenthal Schlee, fez algumas
322 considerações: A Sra. Isabela Ono fez a explanação do projeto de revitalização da Marina da
323 Glória através da apresentação de projeções de fotos e slides, explicando aos conselheiros as
324 transformações propostas. Em linhas gerais disse que estão previstos dois pequenos acessos
325 de pedestres para serem usados como é atualmente. Acrescentou que “fizemos um estudo do
326 grande trabalho de recuperação de todo o Parque do Flamengo que foi o Projeto Riomar,
327 realizado em 1997, quando atuaram juntos ao Conselho existente à época, a prefeitura e
328 Iphan, que chegou a ser executado em 2000. Passaram-se 15 anos e hoje em dia nós vemos
329 que muita coisa do que foi recuperado ou do que era existente na época morreu. Então,
330 fizemos novo levantamento da situação atual dessa área específica, verificamos o que era
331 existente, comparamos com o projeto original e com o projeto levantado até 2000 e estaremos
332 com uma proposta de voltar a vegetação toda do projeto original”. Afirmou ainda que “o
333 grande desafio com o paisagismo foi tentar diminuir o impacto da arquitetura na área limítrofe

334 entre o parque e a concessão da Marina da Glória. Então propomos uma massa vegetal forte
335 para que o impacto da volumetria seja mais tranquilo e se dissolva um pouco”. Finalizou a
336 apresentação informando que deixaria todo o material com Andrey Schlee, para aqueles que
337 tivessem interesse pudessem consulta-lo. A Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca,
338 informou que ele e demais conselheiros estavam recebendo e-mails com protestos contra o
339 abate de árvores e, por isso, queria entender a questão e pediu ao Andrey para explicar o
340 porquê dessa reação. Andrey disse, como resposta, que a questão era política, um esforço para
341 que não acontecesse o projeto chegando ao ponto de se tentar evitar, inclusive, a realização
342 das Olimpíadas no local. Acrescentou que estavam envolvidos interesses particulares de
343 donos de embarcações porque passariam a pagar aluguel mais alto, dada a nova estrutura que
344 está sendo instalada pela Marina, mas também envolvia uma disputa política local,
345 aproveitando a visibilidade em termos nacionais. Apontou que o problema com o corte de
346 árvores surgiu exatamente no momento da autorização para aprovação e início da execução
347 das obras no local do antigo estacionamento. E por existir um desnível, as árvores que
348 existiam ali foram cortadas para a construção de um hangar de depósito de barcos e tudo fica
349 verde no último momento porque há uma cobertura comum que cobre então o hangar e o
350 antigo Edifício Ponte, tudo praticamente executado. Não havendo mais manifestações, a
351 Presidenta passou ao 2º ponto da pauta, aprovação da Ata da 79ª Reunião do Conselho
352 Consultivo. Colocada em votação a **Ata foi aprovada por unanimidade**. A seguir,
353 encaminhou a reunião para o ponto 3 da pauta, deliberação sobre o processo de **tombamento**
354 **do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio**, com relatoria da
355 **Conselheira Maria Conceição Alves de Guimaraens**. Antes da leitura do parecer, o Diretor
356 Andrey Rosenthal Schlee, fez uma pequena apresentação do tema. “Eu quero apresentar então
357 o chamado Museu Mariano Procópio. É um conjunto arquitetônico que nós estamos
358 apresentando para tombamento na cidade de Juiz de Fora. Toda a área pertence ao município
359 de Juiz de Fora. Esse conjunto começa a ser construído a partir da iniciativa de Mariano
360 Procópio e que tem um perfil de empreendedor e em outras coisas estabelece então em Juiz de
361 Fora esse local de poder e também de atração do ponto de vista das suas relações com família
362 imperial com uma série de importantes pessoas relacionadas com a política brasileira.
363 Mariano Procópio então compra uma antiga chácara, uma antiga área já construída, que vai
364 ser depois demolida. O museu hoje está em obra de restauro, uma longa obra de restauro,
365 importantíssima obra de restauro que começa resgatando, recuperando e conservando a
366 cobertura principal e que hoje passa a se estender para o conjunto de espaços do acervo que é
367 esse acervo muito variado de arte, de objetos etnográficos, arqueológicos, ele é de uma

368 riqueza, um grande gabinete. E o terceiro elemento fundamental o parque, um parque
369 pitoresco, um esforço de recriação da natureza, com todos os seus elementos, escultóricos,
370 grutas, pequenas pontes, pequenos lagos e que também se mantêm num estado de conservação
371 muito bom e mais do que isso, estão abertos à população. Chamar a atenção aqui, além do
372 esforço de conservação permanente, há também um excelente serviço através de páginas na
373 internet de informações a respeito de acesso ao acervo e também de acesso ao parque. Então,
374 estamos propondo o tombamento o parque, a Villa e o Edifício do Museu. A seguir a
375 Conselheira fez a leitura de seu parecer: “**PARECER.** Processo nº 1691-T-14. Conjunto
376 Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, localizado na cidade de Juiz de
377 Fora, estado de Minas Gerais. “Trata este Parecer da indicação para inscrição do Conjunto
378 Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, localizado na cidade de Juiz de
379 Fora, estado de Minas Gerais, nos Livros Histórico, das Belas Artes, e Arqueológico,
380 Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Situado
381 na Rua Dom Pedro II, 350, no bairro Mariano Procópio, e sob a denominação Parque Mariano
382 Procópio, o Conjunto em pauta contém o palacete ou Villa Ferreira Lage e respectivos jardins
383 construídos no século XIX, bens móveis e integrados e todos os equipamentos ali constantes,
384 e o edifício anexo onde se instalou, em 1922, o museu de mesmo nome. A superfície total do
385 Parque é de 77.620.3539m², sendo que as edificações abrangem 17.693,001m²; e o trecho
386 ajardinado e densamente arborizado corresponde a 50.627,975m². A argumentação favorável
387 expressa neste Parecer fundamenta-se nas informações e análises contidas no Processo de
388 Tombamento, o qual se constitui em três volumes, sendo o terceiro subdividido em duas
389 partes. Agregam-se a isso os textos de Estudo Prévio elaborados com vistas ao restauro dos
390 jardins e artigos de pesquisadores e educadores referentes ao contexto de formação do lugar.
391 O planejamento e a execução de ações realizadas recentemente pelo Museu Mariano Procópio
392 e as iniciativas do Iepha, Ibram, Iphan, Ministério do Turismo e Prefeitura de Juiz de Fora no
393 sentido da conservação do Conjunto estão referenciadas e citadas na instrução do processo. O
394 pedido do tombamento foi solicitado em janeiro de 2010 por Douglas Fasolato, Diretor
395 Superintendente do Museu Mariano Procópio, o qual apresenta justificativas histórico-sociais
396 e simbólicas do Parque, sugerindo ainda diretrizes para gestão, quando aplicada a normativa
397 de proteção em nível federal. O Dossiê para a instrução do processo de tombamento foi
398 elaborado por Mario Antonio Ferrari, arquiteto e urbanista, e Olinto dos Santos Filho,
399 historiador e pesquisador do Escritório Técnico do Iphan, unidade Tiradentes / São João Del
400 Rei. Em 2013, a documentação que forma o processo que foi aberto em 11 de março de 2014,
401 foi encaminhada ao DEPAM por meio de ofício da Superintendente do Iphan em Minas

402 Gerais. Nas páginas 448 até 456 da segunda parte do volume III encontra-se a Análise da
403 proposta de tombamento elaborada pelo Técnico em Arquitetura do DEPAM Antônio Miguel
404 Lopes de Souza. A reprodução das descrições da arquitetura da Villa e do Anexo, contidas em
405 dossiês de tombamento municipal e estadual e os principais argumentos para a aceitação da
406 proposta de tombamento do Parque emanados do proponente são os itens marcantes desse
407 documento instrutório. O Dossiê, portanto, contém desenhos e plantas de levantamentos
408 cadastrais, projetos de restauração, reforma, propostas de ampliação, relatórios de visita e
409 estudos do estado de conservação dos edifícios e parque, além de pareceres elaborados em
410 1978, 1979, 1997 e 2008. O Relatório de Visita ao Parque do Museu Mariano Procópio,
411 constante nas páginas 164 a 175 do processo de tombamento, e elaborado por Carlos
412 Fernando de Moura Delphim em 15 de abril de 1997, é um registro da situação e das práticas
413 inadequadas de uso que ali ocorriam àquela época. Delphim, arquiteto da paisagem então
414 responsável pela área de Patrimônio Natural e Arqueológico do Iphan, após apuradas análises
415 e diagnósticos, reafirmava o “imenso valor” do lugar, sugerindo o tombamento em nível
416 nacional. Em 2002, na sequência, o mesmo arquiteto elaborou Relatórios de Consultoria para
417 o município de Juiz de Fora sobre o Sítio Histórico do Museu Mariano Procópio. Estão
418 incluídos ainda anexos com a Listagem e inventário das estátuas e esculturas do Parque
419 Mariano Procópio de 2006; Carta do Encontro Nacional dos Jardins Históricos ou Carta de
420 Juiz de Fora, de 2010; Dossiê do Tombamento estadual, elaborado em 2005, no qual consta
421 nas páginas 310 a 354 minucioso levantamento, diagnóstico, diretrizes para intervenções e
422 recomendações museológicas, além de reproduções de documentos sobre reforma e ampliação
423 do Museu; projeto de restauração do edifício do Museu e do Parque; Dossiê do tombamento
424 municipal; folder promocional; artigos, textos de palestras e matérias de jornais e revista; e
425 outras referências à história do Parque e à importância da coleção museológica. A Listagem e
426 inventário das estátuas e esculturas do Parque Mariano Procópio, acima referidos e constantes
427 nos volumes II e III do processo de tombamento, foram elaboradas em 2006 para registrar a
428 autoria, funcionalidade, localização, diferentes materiais e técnicas, e procedências dos bens
429 integrados às fachadas e jardins. Embora incompletas, as fichas do inventário contêm a
430 descrição e as datas prováveis de origem das esculturas e artefatos. Dentre essas esculturas,
431 encontram-se peças fundidas na Oficina Val d’Osne e remanescentes de construções que
432 foram demolidas durante a reforma empreendida por Pereira Passos na cidade do Rio de
433 Janeiro. Esse processamento técnico denota a importância da “escola” estilística e a origem
434 francesa das obras acadêmicas e das cópias de esculturas gregas antigas, registrando ainda as
435 características dos ornatos das fachadas e dos canhões do período colonial, entre outras peças

436 de interesse existentes nos jardins. No que diz respeito à categorização patrimonial dos
437 elementos que constituem o sítio em pauta, observa-se que o acervo da Villa Ferreira Lage
438 (assim denominada a partir da década de 1980) foi trazido do Rio de Janeiro em 1914 e aberto
439 à visitação pública em 1915; no ano de 1921 foi criado o Museu Mariano Procópio; em 9 de
440 fevereiro de 1936 a área e construções nela inseridas foram doadas ao município de Juiz de
441 Fora; em 1939, as coleções do Museu Mariano Procópio foram inscritas nos Livros Histórico
442 e de Belas Artes do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; o
443 Parque e as construções aí existentes foram tombados em nível municipal no ano de 1983; e,
444 com as inscrições nos Livros do Iepha, foi outorgado, em 2005, o tombamento estadual ao
445 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico e ao acervo do Museu Mariano Procópio, que se
446 encontra fechado desde 2008 para reformas e obras de restauro. Essas diferentes formas de
447 proteção institucional estão a garantir a integridade física e a consolidar a significância
448 cultural, fazendo com que o Parque, a Villa Ferreira Lage e o Museu Mariano Procópio sejam
449 vistos hoje na condição de exemplares excepcionais para a história da arte, da arquitetura e
450 dos jardins públicos da cidade de Juiz de Fora e do estado de Minas Gerais. Dessa
451 perspectiva, o tombamento federal ampliará, em termos nacionais e internacionais, o sentido e
452 significado desses valores de cultura já reconhecidos. Considerado paisagem cultural, jardim
453 histórico e exemplar de exceção, o Conjunto foi indicado para tombamento em virtude de seus
454 valores históricos, artísticos e ambientais, cuja fundamentação está apresentada a seguir. O
455 “Histórico da cidade de Juiz de Fora”, constante no Volume I do processo, relaciona, dentre
456 os fatos físicos e políticos iniciais da formação da cidade, a construção do Caminho Novo.
457 Concluído em 1709, esse foi o registro fundador do lugar. Ao possibilitar a comunicação da
458 Corte portuguesa com a província de Minas Gerais, o caminho configurou o traçado da
459 comarca e Vila de São José do Rio da Morte, depois Vila de São Del Rei do Rio das Mortes,
460 território onde, a partir de 1836, a Vila de Juiz de Fora se desenvolveu. O nome da cidade faz
461 referência à Fazenda do Juiz de Fora, gleba citada em documentos dos Autos da Devassa da
462 Inconfidência Mineira datado de 1789 e na descrição de Saint-Hilaire de 1816-1817. A
463 localidade teve ainda as denominações de Arraial de Santo Antônio do Juiz de Fora,
464 Município de Santo Antônio do Paraibuna (1850), Paraibuna (1856) e Cidade do Paraibuna. A
465 estrada de ferro D. Pedro II, que chegou à cidade em 1870 e a cultura cafeeira, cujo comércio
466 com a Europa levava os fazendeiros mineiros a manter escritórios em Paris, impulsionaram o
467 crescimento da cidade. O desenvolvimento nacional, anterior à Proclamação da República e a
468 implantação das plantas industriais tornaram Juiz de Fora a reconhecida “Manchester
469 Mineira”, expressão que Rui Barbosa criou. Assim, a primeira fábrica de cimento e a primeira

470 laminação de vergalhões de aço para concreto armado, ao lado da instalação da primeira usina
471 hidroelétrica, confirmaram a posição pioneira da cidade no sentido do progresso industrial. A
472 industrialização e a imigração foram os principais vetores das diferenças da formação da
473 cidade. Além dos portugueses e africanos, os alemães, italianos, sírio-libaneses imprimiram o
474 pluralismo econômico e cultural que diferencia Juiz de Fora de outros núcleos históricos
475 brasileiros. A par da exaltação ao regime monárquico, é no campo da política e da cultura
476 onde se denota a tradição democrática, artística e literária da cidade. Acontecimentos e
477 eventos que marcaram a história brasileira no século XX; a posição vanguardista de escritores
478 contemporâneos que acorreram à cidade e dos ali nascidos, destacando Pedro Nava entre
479 outros que fundaram a Academia Mineira de Letras, Murilo Mendes e Affonso Romano de
480 Sant’Anna; e a publicação do primeiro livro modernista do estado de Minas Gerais são alguns
481 dos fatos que expressam a importância cultural de Juiz de Fora. Na cidade existem obras
482 expressivas de fases marcantes na trajetória de artistas nacionais consagrados, destacando
483 Oscar Niemeyer, autor do projeto da sede do Banco do Brasil; Di Cavalcanti e Cândido
484 Portinari, cujos painéis de mosaicos são elementos de destaque no Marco do Centenário e na
485 composição das fachadas de edifícios modernistas. Outro exemplar característico da
486 arquitetura do Movimento Moderno em Minas Gerais é o edifício do Museu de Arte Moderna
487 Murilo Mendes, que abrigou a Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora até 2005 e foi
488 projetado na década de 1960 por Décio Bracher. A ambiência física se caracteriza em estilos
489 representativos das diferentes fases do desenvolvimento de Juiz de Fora. Desse modo,
490 ecletismo, neoclassicismo, *art Déco*, protomodernismo e modernismo – linguagens e estilos
491 gerados no final do século dezenove e primeira metade do século vinte –, configuram em
492 maioria as arquiteturas híbridas que se mesclam às ‘comuns’ para identificar as formas da
493 cidade. Juiz de Fora possui bens protegidos pelo Iphan, Iepha e município. Dessa maneira, o
494 Marco do Centenário e o Cine Teatro Central possuem tombamento federal; o Parque
495 Mariano Procópio e a Sede do Banco de Crédito Real têm tombamento estadual; e o Parque
496 Mariano Procópio, Hotel Magestic e Antiga Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas foram
497 tombados em nível municipal. No que diz respeito aos fatos históricos fundamentais para a
498 formação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio, observa-se
499 que seu idealizador, Mariano Procópio Ferreira Lage, nascido em Barbacena, Minas Gerais,
500 em 1821 e falecido no Rio de Janeiro em 1872, foi um fazendeiro, comerciante e empresário
501 ligado, por negócios e interesses comerciais, ao projeto modernizante do Estado Imperial. Os
502 “melhoramentos materiais” realizados a partir de 1850 no município então recém-criado
503 levaram Mariano Procópio, depois conhecido como “Mauá mineiro”, a ali fixar residência. Os

504 seus empreendimentos mais notáveis, naquele contexto de modernização progressista, foram a
505 criação da Companhia União e Indústria; e, entre 1853 e 1862, a construção de rodovia de
506 mesmo nome para o escoamento da produção cafeeira. A estrada União e Indústria liga até
507 hoje Juiz de Fora a Petrópolis, a estância de vilegiatura da Família Imperial, apelidada Cidade
508 Imperial a partir da década de 1930. Mariano Procópio também criou uma colônia de
509 imigrantes e uma escola agrícola em Juiz de Fora. Para realizar tamanhas empreitadas, trouxe
510 engenheiros, arquitetos, agrimensores e topógrafos, além de técnicos e mais de mil imigrantes
511 alemães. Quando a Companhia União e Indústria entrou em declínio, ele conseguiu recursos
512 do governo para cobrir as dívidas e foi nomeado presidente da Ferrovia Pedro II. Dessa
513 maneira, dividiu com outros personagens, entre eles Bernardo Mascarenhas, o construtor da
514 primeira usina hidroelétrica privada do nosso país, os empreendimentos que modernizaram a
515 Zona da Mata Mineira na segunda metade do século XIX. A historiografia registra que o
516 terreno de uma chácara onde havia um bosque e uma casa oitocentista foi adquirido por
517 Mariano Procópio para construir o “castelinho” que se tornou a Villa Ferreira Lage. O
518 palacete da Quinta deveria estar concluído em 1861, ano de inauguração da estrada União e
519 Indústria. Porém, nessa ocasião, ele recebeu a Família Imperial no antigo casarão da chácara;
520 e, apenas em 1869, quando veio inaugurar a Escola Agrícola construída por Mariano
521 Procópio, D. Pedro II foi o nobre hóspede da Villa. A construção, considerada “uma pequena
522 joia arquitetônica” devido à singularidade volumétrica e torreão que marca a fachada
523 principal, foi idealizada por Karl Gambs ou Carlos Augusto Gambs, arquiteto alemão que teve
524 a ajuda de operários trazidos da Alemanha. A Villa foi implantada no alto de uma colina, em
525 cujas vertentes e platôs foram criados jardins com caminhos, lago com ilhas, canais e pontes,
526 gruta e bosque. A família deu continuidade aos desejos do patriarca no sentido da
527 modernização e manutenção da propriedade. Desse modo, após a morte de Mariano Procópio,
528 intervenções e renovação dos interiores foram realizados por sua mulher Maria Amália; seus
529 filhos, em especial Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) que criou o Museu Mariano Procópio
530 em 1921 e inaugurou o Anexo para abrigar a coleção que se expandia em 1922, ano do
531 centenário de seu pai; e a sobrinha, também colecionadora, viscondessa Amélia Machado
532 Cavalcanti de Albuquerque. Esses fatos e os feitos dos proprietários evidenciam as
533 preferências e os referenciais da vida cotidiana e do poder econômico da burguesia brasileira
534 nos séculos XIX e XX. Portanto, é a histórica dedicação da família Ferreira Lage para com as
535 artes e a cultura o fator mais favorável à indicação do tombamento do lugar onde os
536 descendentes de Mariano Procópio viveram parte das suas vidas. Essa dedicação se expressa
537 não apenas com a construção e manutenção da Villa e respectivos jardins, mas também com a

538 doação da coleção original, as novas aquisições, a preservação e a abertura do acervo ao
539 público. Tais procedimentos se estenderem por décadas, imprimindo aos bens e ao lugar
540 importante e inédita função social. Assim, em tempos de formação e consolidação da
541 identidade nacional, conforme idealizada no século XIX e começo do século XX, esses
542 personagens colaboraram para constituição e valorização de uma cultura cosmopolita que
543 mesclava tradição e modernidade em nosso país. Em paralelo ao colecionismo, paixão que
544 marcou as histórias da vida familiar, expressando os hábitos do grupo social, também ligado
545 ao cultivo e exportação do café, a que pertenciam o patriarca e seus filhos, a singularidade de
546 um academicismo eclético marca e tinge de ares jardinescos, o paisagismo romântico e
547 neoclássico do Parque, e a arquitetura da Villa Ferreira Lage e do Museu Mariano Procópio.
548 Desse modo, o estilo Imperial, a linguagem eclética da arquitetura dos edifícios, os traçados e
549 a exuberância dos jardins identificam a conformação física, estética, ecológica e ambiental do
550 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio. As descrições da
551 arquitetura da Villa denotam a profusão de detalhes, destacando os estilos, fachada com
552 torreão, mirante, galilé, escadas, janelas, balcões e sacadas; lezenas e pilares verdadeiros,
553 passadiço sobre arco pleno, medalhões, frisos, vasos e ornatos em cerâmica. A integração
554 desses elementos com o Parque faz a Villa ‘transpirar’ as híbridas linguagens do Ecletismo
555 europeu. As construções são envolvidas por jardins, onde esculturas e adornos de formas e
556 materiais diversos referenciam diretamente o ecletismo de tendência italiana; o mobiliário e as
557 ambientações internas também denotam a raiz europeia que definiu o gosto das famílias da
558 burguesia brasileira à época. Desse modo, são ressaltadas a linguagem da arquitetura e o estilo
559 da decoração, referenciando-as ao Renascimento italiano da região de Toscana, Florença; e
560 ainda aos estilos inglês e francês. Porém, conforme registrado na fl. 205 do volume II da
561 proposta de tombamento, a “Sua importância está em agregar vários interesses e inúmeras
562 possibilidades de pesquisa, a começar por ter sido residência construída e habitada por um
563 empreendedor e político que se destacou pelas ideias e pela ação em prol do desenvolvimento
564 no período imperial, permitindo refletir o século XIX, através do gosto e da individualidade
565 do protagonista, retratando a vida cotidiana de seus moradores através de documentos, objetos
566 pessoais e de decoração, mostrando como viviam e interagem. Também serviu de paço
567 imperial, quando nele se hospedou o imperador d. Pedro II. Além disso, tem a finalidade de
568 apresentar um estilo arquitetônico – inovador – no Brasil, bem como de mobiliário, servindo
569 para mostrar o século XIX em seu esplendor”. Documentos antigos e pesquisas recentes sobre
570 os fatos históricos, quando articuladas ao espaço físico e imaterial da construção, possibilitam
571 um percurso imaginário que evidencia o gosto estético, os desejos de poder e a riqueza da

572 vida social e política dos seus proprietários e idealizadores. O tipo e a morfologia no modelo
573 “castelo” demonstram que a Villa era diferenciada para a época, pois o neoclassicismo
574 configurava o padrão oficial e a linguagem estética dominante. Os volumes que se
575 interpenetram, a tectônica do tijolo, usado em sua aparência e textura naturais, entlabaduras e
576 modenaturas configuram composições coerentes, apesar da assimetria do torreão e da varanda
577 ou terraço do pavimento superior. A monumentalidade da Villa é sugerida de modo curioso,
578 pois a altura dos volumes é desproporcional em relação às superfícies. Canteiros simétricos no
579 acesso fronteiro desenham semicírculos ao redor da pequena fonte com estatuária da
580 Fundação Val d’Osne. Escada estreita com poucos degraus compõe a entrada quase acanhada,
581 onde é possível apreender as diferenças sensíveis entre as perspectivas sinuosas e amplas dos
582 jardins, as espacialidades e riqueza do décor interno da Villa e as largas dimensões do edifício
583 anexo. Em razão do crescimento do acervo, o Anexo foi projetado especificamente para a
584 função museológica. A arquitetura desse edifício é associada à estética da Villa, na medida
585 em que reproduz materiais, técnica e detalhes construtivos, além de revestimentos e ornatos.
586 A construção assenta-se em platô posterior à Villa e tem volumetria retangular e simétrica.
587 Quando se observa a fachada principal do Museu, a qual é oposta à da Villa, o pórtico
588 avançado e o embasamento alto, junto com o terraço adornado com vasos, impõem certa
589 feição neoclássica e monumental. A galeria central é encimada por claraboia cujo desenho é
590 atribuído a Rodolfo Bernardelli. Em 1983 foi construído um segundo pavimento sobre as alas
591 laterais, alterando sobremaneira a espacialidade interior que a abertura iluminada
592 proporcionava. A suposição de que a claraboia é de autoria de Rodolfo Bernardelli se baseia
593 em indícios sem documentação comprobatória. Porém, estudos realizados nessa direção
594 parecem configurar atitude estratégica no sentido de ampliar o espectro da significância
595 cultural do lugar. Escadarias com vasos e estátuas emolduram a fachada voltada para a Villa.
596 Um passadiço estruturado com arcadas em tijolo aparente e ornatos faz a ligação entre aquela
597 e o Museu. Embora transformado na materialidade original devido a mudanças que alteraram
598 a planta oitavada do terraço, a cobertura e os pilares que eram de ferro fundido, o passadiço
599 cria espaços de interesse tanto em relação ao nível das entradas nos pavimentos superiores
600 quanto ao nível do terreno do Anexo e da Villa. Na antiga colina, domesticada com as
601 construções e elementos pretensamente naturais, a eclética coleção do Museu Mariano
602 Procópio se revela em obras de arte, livros, fotografias e documentos raros. A coleção, com
603 cerca de 52 mil itens é considerada uma das mais completas do período Imperial, possuindo
604 peças de mobiliário do século XVI ao XIX entre as originárias do Palácio de São Cristóvão.
605 Para ressaltar a importância dessa coleção, na palestra inaugural do II Encontro de Museus,

606 Lygia Martins Costa afirmou que o museu: “De acervo nacional e internacional é uma
607 exceção do estado e dos raros exemplos no Brasil de uma coleção de grande categoria doada
608 ao público”. Além do arquivo documental e fotográfico, e da biblioteca, o acervo se compõe
609 de peças artísticas e objetos de variada procedência, tipo e natureza que se encontram nas
610 fachadas das construções e nos jardins. Em acepção mais ampla, na medida em que existem
611 no Parque espécies de variada origem, árvores centenárias, além de aves, pequenos animais e
612 outras variedades de bens naturais, esta coleção botânica e zoológica, originária da obra de
613 Mariano Procópio e familiares, também integra o acervo do Museu. O Parque, espaço livre de
614 muita importância para a cidade, pois é o único refúgio na área urbana para macacos, tatus e
615 aves é composto de duas partes distintas. Na parte baixa e plana se encontra um lago artificial
616 de forma retangular. Em uma extremidade do lago observa-se um jardim geométrico, de gosto
617 francês. O riacho que deságua no lago é cruzado por duas pontes de madeira construídas no
618 século XIX, com ancoradouro para pequenos barcos. Denso bosque cobre a encosta do outeiro
619 e, no topo, estão implantadas as construções. As diferentes composições das massas vegetais
620 apresentam em maioria espécies nativas e algumas exóticas, ao gosto dos jardins do século
621 XIX. Totalmente reflorestado no século XIX e começo do século XX, o Parque tem vegetação
622 densa e variada. A mata cerrada e frondosa dispõe de espécies frutíferas, destacando-se, entre
623 outras, as jabuticabeiras; árvores de lei, jacarandás e jatobás; e espécies ornamentais,
624 sapucaias, paineiras e palmeiras imperiais. Pequena gruta estruturada com pedras oriundas da
625 construção da estrada União e Indústria, fontes, canais, ilhas e pontes, canteiros com flores de
626 origem europeia, alamedas, repuxos e peças artísticas, calçadas de paralelepípedos e caminhos
627 em pedra, saibro e areia, complementam a multiplicidade de elementos paisagísticos em
628 cenário de inspiração inglesa. Verifica-se também que o Central Park de Nova York,
629 inaugurado em 1858, à maneira do jardim da Villa e de outros jardins públicos e privados
630 brasileiros, se configurou em estilo eclético de tendência romântica. O desenho do jardim é
631 atribuído a Auguste François Marie Glaziou, paisagista do Império. As relações de amizade
632 de Mariano Procópio, estreitadas em virtude da proximidade com o imperador, além dos
633 referenciais configurados em traçados curvos, lago, canais e ilhas, pequena gruta, composição
634 dos tipos e massas vegetais, e bambuzal, são os indícios que os estudiosos consideram para
635 fundamentar tal hipótese. O Parque possui equipamentos de apoio às atividades de
636 conhecimento e lazer realizadas pela equipe do Museu. Lanchonete, dois parques infantis e
637 pedalinhos, além de bancos e lixeiras, artefatos de iluminação e placas de sinalização e
638 orientação. No que diz respeito às diretrizes para gestão, os argumentos apresentados apontam
639 para a valoração maior do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano

640 Procópio, considerando-o na condição de Paisagem Cultural. Amplia-se, assim, o interesse
641 histórico, científico e ambiental do Parque, Villa e Anexo. Nessa perspectiva, seria importante
642 confirmar as hipóteses e interpretações difusas relativas à autoria dos jardins e da claraboia
643 antes citadas. Portanto, o estímulo ao aprofundamento de estudos e pesquisas possibilitará a
644 confirmação dos indícios ou o reconhecimento “oficial” dos mitos referentes. Observa-se,
645 ainda, que, ao estabelecer um microambiente também absorvido pela vizinhança, o Parque
646 agrega valor ao entorno imediato, destacando a Estação Ferroviária, e o terreno lindeiro onde
647 se localiza casarão deveras alterado na configuração físico-espacial e estética que pertenceu a
648 Mariano Procópio. Esse casarão, herdado por Frederico Ferreira Lage, substituiu a casa da
649 antiga chácara onde, em 1861, se hospedou a Família Imperial. A edificação remanescente e
650 os jardins estão ocupados pelo Comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, o que resulta
651 não serem acessíveis ao público. Entretanto, apesar das muitas transformações ocorridas nas
652 configurações originais, estudos posteriores para a valoração individual poderão ser
653 efetivados, observando-se que, fundamentada a reintegração desses ao Parque, haveria melhor
654 entendimento da história e da formação do Conjunto. Quanto à Estação Ferroviária, às casas
655 das ruas Dom Pedro II e Mariano Procópio, ao trecho da avenida marginal ao rio Paraibuna e
656 ao monumento da Praça Agassiz — referenciais localizados na vizinhança imediata e
657 próxima, cuja importância é destacada na proposta de tombamento —, sugere-se que também
658 estudos posteriores, de modo a reforçar o valor individual e consequente referenciação à
659 antiga ambiência do bairro. Diante desse contexto, o perímetro do tombamento do Conjunto
660 Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio compreenderá a área que é
661 propriedade do município e consiste na Villa Ferreira Lage, no Anexo a esta, ou seja, o
662 edifício que abriga o museu em si, e o Parque Mariano Procópio e todos os seus equipamentos
663 originais. No que diz respeito à delimitação do entorno, a poligonal englobará a área
664 envoltória, com a finalidade de preservar a relação entre o Conjunto e a paisagem urbana onde
665 o mesmo está inserido. Conforme a Súmula deste processo, a notificação de tombamento
666 provisório foi publicada no Diário Oficial da União, seção 3, edição 162, de 25 de agosto de
667 2015. Nessa publicação consta o destaque aos imóveis acima referidos, ou seja, o casarão
668 ocupado pelo exército, estação, imóveis ecléticos e um colonial que estão inseridos na área de
669 entorno, indicando a preservação destes “como referência ao Parque”. Portanto, faz-se
670 necessário ressaltar que a inserção desses imóveis na poligonal de entorno não abrange a
671 proteção no âmbito da normativa do tombamento federal, conforme tratado neste Parecer. Na
672 antes citada Súmula, registra-se ainda que se verificou a necessidade de atualizar a descrição
673 da poligonal de entorno notificada, a fim de corrigir erro no nome de ruas, conforme mapa

674 redesenhado a partir de foto aérea. Assim, a descrição da poligonal será a seguinte: P1 início
675 da poligonal, situado no eixo do entroncamento da Avenida dos Andradas, Rua Mariano
676 Procópio e Rua Benjamin Guimarães. Desse, segue pelo eixo da Rua Benjamin Guimarães até
677 o entroncamento da Rua Bernardo Guimarães com a Rua Professora Violeta Santos
678 conformando o P2. Desse, segue pelo eixo da Rua Professora Violeta Santos até o
679 prolongamento do eixo da Rua Senador Feliciano Pena conformando o P3. Desse, segue por
680 esse prolongamento e pelo eixo da Rua Senador Feliciano Pena, atravessa o Rio Paraibuna, e
681 encontra o eixo da Avenida Brasil conformando o P4. Desse, segue pelo eixo da Avenida
682 Brasil, a jusante até encontrar o prolongamento do eixo da Travessa Nestor Vieira de
683 Magalhães conformando o ponto P5. Desse, segue pelo prolongamento e pelo eixo da travessa
684 Nestor Vieira de Magalhães conformando até encontrar o eixo da Rua Pedro II o ponto P6.
685 Desse, segue pelo eixo dessa rua até encontrar o prolongamento da divisa direita da
686 propriedade de nº 782 conformando o P7. Desse, segue por esse prolongamento e por essa
687 divisa direita até encontrar o eixo da Rua Mariano Procópio conformando o P8. Desse, segue
688 em direção a noroeste, pelo eixo da Rua Mariano Procópio até o entroncamento com a
689 Avenida dos Andradas conformando o P9. Desse, segue em direção ao P1, conformando o
690 P10, fechando a poligonal. As diretrizes e recomendações constantes em pareceres aqui
691 citados devem ser agregadas aos planos de gestão decorrentes do tombamento. Porém,
692 importa registrar que, entre as recomendações para a conservação da integridade da área,
693 destacam-se sobremaneira o privilégio às visadas atuais do Conjunto e a necessária garantia
694 da continuidade dos panos de fachada em relação às vias do entorno. Para tanto, as diretrizes
695 de intervenção devem adotar o caráter de Portaria, incluindo os seguintes conceitos e
696 recomendações: a paisagem do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque Mariano
697 Procópio é formada pelas edificações, cuja historicidade decorre do Parque onde estão
698 inseridas; a relação harmônica entre o espaço construído e o ambiente naturalmente
699 estabelecido deve ser garantida; a continuidade das visadas existentes do Parque deve ser
700 assegurada em qualquer situação, respeitando-se os limites do perímetro tombado e o entorno,
701 de modo a ser mantida a leitura do Conjunto; a área tombada não poderá ser parcelada; os
702 acréscimos deverão atender única e exclusivamente às necessidades de apoio e manutenção
703 das atividades do Parque e do Museu, admitindo-se ampliações apenas para o Museu; toda e
704 qualquer implantação de construções novas seguirá o paralelismo das curvas do terreno; as
705 cumeeiras das construções novas deverão garantir a percepção do Conjunto; a linguagem,
706 técnicas construtivas e materiais das construções novas deverão ser adequados ao lugar,
707 entendendo-o na condição de organismo vivo, a qual se agrega a organização “natural” do

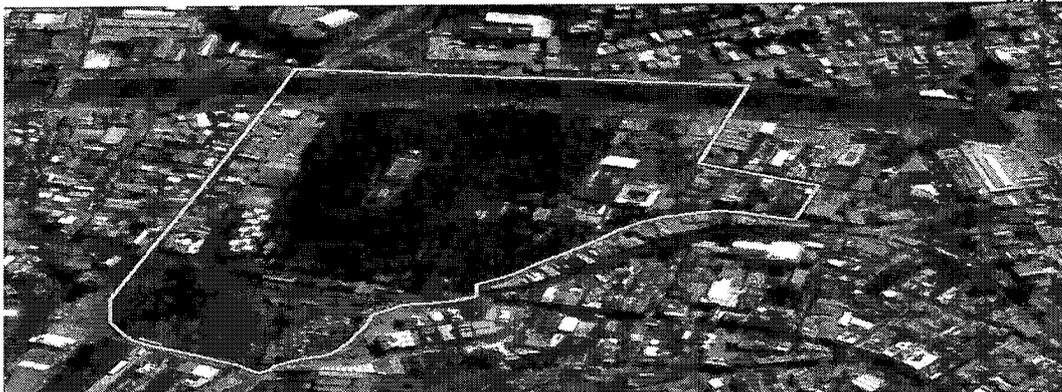
708 jardim; as orientações da Carta de Florença deverão se adequar ao dinamismo histórico do
709 Parque, na medida em que a coleção botânica existente deve ser preservada; as intervenções e
710 ações de conservação e restauro somente poderão ser efetuadas após aprovação do Iphan.
711 Enfim, resta transcrever as palavras com as quais Dom Pedro II, hóspede de Mariano
712 Procópio em 1861, relatou a sua visão do lugar: “*É deste aprazível sítio que a arte converteu*
713 *num brinco igual a qualquer lugar de banhos na Alemanha, sob céu recamado de estrelas*
714 *que porfiam com as inumeráveis luzes, que cintilam nos jardins e elegantes edifícios, ao som*
715 *de uma harmoniosa banda de música de colonos tirolezes que eu princípio a narrar a minha*
716 *viagem enquanto a lua não sai e eu também, para percorrer estes jardins à inglesa e subir no*
717 *alto de um outeiro, onde Lage acaba a construção da mais “coquette” habitação. Eu estou*
718 *em outra casa que também lhe pertence e se acha no meio dos jardins e junto do outeiro. Esta*
719 *casa foi arranjada com apurado gosto e nada lhe falta... Chamam-me para passear, pois a*
720 *lua já surgiu”*. Por tudo que se expõe, o meu **Parecer é favorável ao tombamento e**
721 **respectiva inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano**
722 **Procópio nos Livros Histórico, das Belas Artes, e Arqueológico, Etnográfico e**
723 **Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, 17 de
724 setembro de 2015. Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens. Arquiteta
725 Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil. 80ª Reunião do Conselho Consultivo do
726 Patrimônio Cultural”. A Presidenta Jurema Machado abriu a palavra para manifestação dos
727 Conselheiros. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes ponderou que a área ocupada pelo
728 Comando da Quarta Brigada de Infantaria Motorizada, por estar no polígono de proteção, cuja
729 função é proteger um bem maior, deveria integrar o núcleo que é objeto do tombamento.
730 Andrey Schlee explicou que o processo de tombamento demorou a vir para o conselho porque
731 sempre na negociação, havia um consenso com relação ao outro lado e havia um conjunto de
732 dúvidas a respeito, sobretudo, do grau de descaracterização que já existe naquela área que se
733 optou por colocar como entorno e do ponto de vista da integridade da leitura hoje é muito
734 difícil porque existe um muro de alvenaria e uma área não se enxerga mais a outra. O
735 Conselheiro Carlos Bandão, cumprimentou a Conselheira relatora pelo parecer e pediu para
736 introduzir uma dimensão museológica ao tombamento, tendo em vista que o Museu Mariano
737 Procópio reúne uma coleção também eclética que dialoga tanto com a arquitetura quanto ao
738 paisagismo porque é uma coleção que envolve Belas Artes, História Natural, Numismática,
739 História, um conjunto, em suas palavras, muito representativo da museologia do Século 19,
740 tendo a Presidenta do Conselho esclarecido que houve um tombamento de acervo em 1939 e
741 hoje um tombamento da edificação, sendo que o tombamento do Iphan vai se superpor a

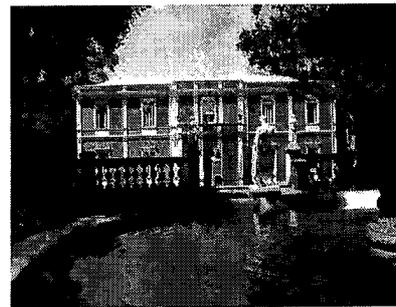


742 outras proteções do estado e do município e como o Decreto-Lei 25 não menciona livro
743 museológico, o etnográfico pode substituir, em parte, o conceito, segundo ela. O Conselheiro
744 Breno Bello de Almeida Neves, falou a seguir para revelar o efeito sentimental que lhe causou
745 o parecer pois viveu sua infância em Juiz de Fora, apesar de morar em São João del Rei e no
746 Museu teve seus primeiros contatos com a arte europeia dentro do anexo à Casa de Mariano
747 Procópio. Destacou, ainda, o trabalho perfeito e brilhante do diretor do museu, Douglas
748 Fasolato que realmente deu outro caráter de apresentação ao museu, que apesar de ter um
749 acervo, ele ainda estava um pouco desorganizado. A Conselheira Maria Cecília Londres
750 Fonseca, em alusão à preocupação do Conselheiro Carlos Brandão, apontou que, no entender
751 dela, a questão museológica está contemplada com a inscrição no Livro Histórico porque se
752 tem um documento da história da museologia. Em seguida a palavra foi dada ao Conselheiro
753 Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, que afirmou ter crescido em Juiz de Fora e que
754 naquele tempo a cidade era linda, ocorrendo depois, um processo terrível de renovação urbana
755 que destruiu praticamente todo o Patrimônio arquitetônico. Considera o Museu um dos
756 últimos redutos de preservação de uma área que tem uma importância, não só como pulmão,
757 mas como referência a tudo que a cidade foi um dia. Fez, ainda, referência elogiosa ao parecer
758 e concluiu dizendo que o tombamento vai contribuir para valorizar os últimos resquícios do
759 que foi, segundo ele, a lindíssima cidade que era Santo Antonio do Paraibuna, hoje, Juiz de
760 Fora”. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes pediu a palavra para cumprimentar o diretor
761 Douglas Fasolato, pelo trabalho magnífico de preservação do acervo do museu. A Conselheira
762 Ângela Gutierrez disse ser testemunha ocular e presencial da luta do Douglas para criar as
763 condições do tombamento estar na pauta, lutando praticamente sozinho. Não havendo mais
764 manifestações a Presidenta Jurema Machado colocou em votação o relatório da Conselheira
765 Maria da Conceição Alves de Guimaraens. Os Conselheiros **aprovaram por unanimidade o**
766 **Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio,**
767 **com inscrição no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo Arqueológico,**
768 **Arquitetônico e Paisagístico e no Livro do Tombo de Belas Artes, nos termos do parecer**
769 **da relatora.** O Conselho aprovou, ainda, o encaminhamento ao Exército de manifestação
770 demonstrando interesse em iniciar estudos da área atualmente ocupada por aquela força
771 militar, com vista à futura análise de mérito para proposta de extensão da poligonal tombada.
772 Abaixo as poligonais e fotos do interior da área do Museu tombado. A Presidenta Jurema
773 Machado, consultou o Diretor do Museu, **Douglas Fasolato**, se gostaria de dirigir algumas
774 palavras aos Conselheiros, no que foi prontamente atendida. O diretor assim se manifestou:
775 “Boa tarde, Jurema, à equipe do Iphan o meu respeito, o meu agradecimento pela

776 sensibilidade com o Patrimônio porque nós vamos comemorar os 80 anos dessa instituição,
777 que motivou o ofício encaminhado em 2010, por reconhecer a atuação do Iphan ao longo
778 dessas décadas. Como juiz-forano que sou, reconheço que a cidade perdeu muito ao longo do
779 tempo. Juiz de Fora era a cidade que mais arrecadava impostos no estado, mais que a capital,
780 e ao longo do Século 20 foi perdendo a sua importância. Teve um parque industrial maior do
781 que São Paulo. Mas quis o destino que a cidade tivesse a atual configuração econômica,
782 política e social. Mas eu não me acomodei. E em 2009, eu acho que num ato de insanidade,
783 resolvi aceitar o convite do conselho para ser um dos três nomes de uma lista tríplice para
784 dirigir o museu, que estava fechado ao público, sem telhado, coberto com lonas, e a missão de
785 reabri-lo. Era a missão de reabri-lo e dar a dimensão nacional que o fundador tinha essa noção
786 e também a sua prima, a viscondessa de Cavalcante. É uma casa de dois colecionadores, dois
787 primos apaixonados pela cultura e pelas coleções, dois primos que tinham o sentido do
788 público da dimensão do público, do acesso ao público e eles contribuíram ao país em diversas
789 outras áreas que não só a museologia. Eu precisava no mínimo dar essa dimensão que eles
790 conceberam esse museu. Eu estou na realidade seguindo os próprios passos, as próprias
791 diretrizes que o Alfredo anunciou quando inaugurou o museu no dia 23 de junho de 1921.
792 Inaugurou o que já estava aberto desde 1915 como museu particular. Ou seja, esse
793 tombamento vem reconhecer o momento centenário de um museu particular que é
794 transformado em público em 21. Então é um coroamento de um trabalho de um homem que
795 teve sensibilidade para com este país, é um exemplo para os brasileiros e que felizmente ainda
796 temos alguns exemplos como a conselheira Ângela Gutierrez. Eu só vou terminar
797 agradecendo a toda equipe do Iphan, do Ibram, que são parceiros constantes nessa luta para a
798 reabertura. E nós estamos realizando as obras de restauro com rigor técnico, em conformidade
799 com as cartas patrimoniais, a legislação de museu. Eu não queria que os erros perpetuados no
800 passado por condições técnicas e financeiras viessem a ter continuidade e o que
801 descaracterizou alguns espaços. E quero continuar contando com o apoio dos senhores
802 conselheiros nessas ações que temos ainda a empreender. Então, o meu muito obrigado”.

803 *Imagem da Poligonal de tombamento conforme mapa contido no processo de tombamento.*



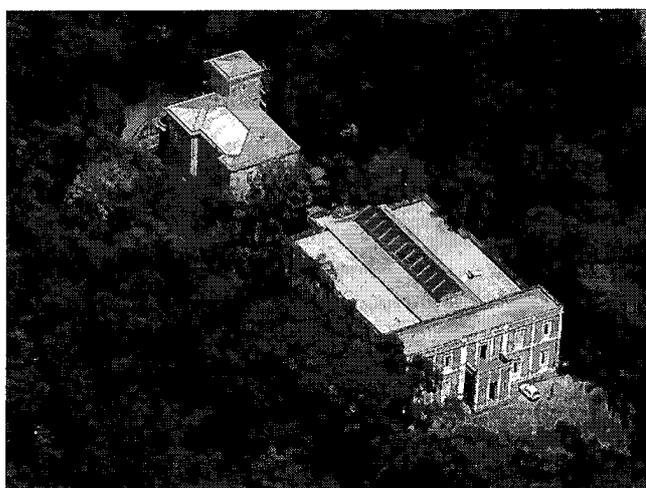


809

810 *Imagens acima - 1 a 3 - Vista das fachadas principais do Anexo e da Villa Ferreira Lage.*

811 *Imagem 1 - Vista da Villa Ferreira Lage e Anexo, que abriga o Museu Mariano Procópio.*

812 *Imagem 2 - Vista aérea do Parque Mariano Procópio.*



814 Após o pronunciamento do Diretor do Museu Mariano Procópio, a Presidenta deu por
815 esgotada a pauta da manhã, e convocou os Conselheiros para a continuação da Reunião na
816 parte da tarde. **À TARDE** – A Presidenta Jurema Machado reiniciou os trabalhos colocando
817 para apreciação e deliberação do Conselho Consultivo o ponto 4. da pauta, o Tombamento do
818 Prédio da Praça da República, 26, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, relatado pelo
819 Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho. Precedendo a leitura do parecer, o Diretor do Depam,
820 Andrey Schlee fez a apresentação do tema, com imagens da edificação: “Para começar eu
821 peguei uma data simbólica, 1808, chegada da Família Real ao Brasil. Com isso, eu quero
822 chamar a atenção na verdade do conjunto de transformações que o Rio de Janeiro passa a
823 partir daquele momento e não só o Rio de Janeiro, mas a sociedade local e, particularmente,
824 uma figura chamada João Rodrigues Pereira de Almeida, uma figura interessante porque era
825 chamada de “comerciante de grosso”, ou seja, de grandes relações, sobretudo com Portugal,
826 proprietário de terra, como a maioria naquele momento. E ele passa então com o dinheiro que
827 tem e, sobretudo com o dinheiro da cobrança de impostos no Rio Grande do Sul em cima de
828 charque, a poder emprestar dinheiro a partir de 1808 inclusive para os projetos de

829 modernização do Brasil, do Rio de Janeiro em particular, estando muito próximo de Dom
830 João, seja na criação do que é o Banco do Brasil de hoje. Ele é um dos que fornecem capital
831 para a base do banco, vira diretor desse banco, depois fornece capital para a fábrica de
832 pólvora lá na Quinta da Boa Vista. E essa figura enriquecida constrói uma casa e ela é
833 conhecida como a Casa do Barão de Ubá, embora quando ele virou barão que foi em 1828, a
834 casa já tinha sido vendida há um bom tempo para Dom João. Então, no dossiê vocês vão ver.
835 Ela foi apresentada em três momentos: o primeiro momento é quando ela recebeu o Museu
836 Nacional. O segundo momento foi quando ela recebeu o Arquivo Nacional e agora a Casa da
837 Moeda, no terceiro momento. Eu li a história do museu e é muito interessante a ideia de
838 museu, embora criado como tal, muito diferente da ideia que temos hoje. Só para ter uma
839 noção a questão da arqueologia, dois armários com objetos arqueológicos abertos para
840 visitação das 10h da manhã a uma da tarde, às quintas-feiras, com soldados armados. Então,
841 felizmente evoluiu. Esta casa foi adquirida e ela é transformada, inclusive pelo Frei José da
842 Costa Azevedo, adaptada de residência para alguns salões que recebem pequenas exposições,
843 exposições em geral do acervo está dentro dos armários. A segunda fase é quando ele vai
844 receber o Arquivo Nacional e ele, portanto, é preparado para recebê-lo. E aí há uma grande e
845 pesada reforma. O interior é completamente modificado. Agora, sobretudo, para suportar as
846 estruturas do Arquivo, ou seja, o prédio é preparado para um Arquivo de fato. Finalmente, em
847 1985, a Casa da Moeda assume. Em 86 ela começa um projeto, não executa esse projeto de
848 ocupação imediata do edifício e ele mais uma vez tem uma fase entre 85 e praticamente até
849 2008/2009 quando ele tem umas pequenas destinações como tribunal, antes de um projeto
850 cultural, a ser ocupado pelo museu da Casa da Moeda, que é a nova destinação. Em 2008, o
851 escritório do arquiteto Glauco Campelo é contratado para fazer um projeto de intervenção
852 nesse edifício. Em 2009, o Iphan passa a trabalhar e receber os primeiros projetos de
853 intervenção, que começa no finalzinho de 2010. Ele está praticamente terminando agora o
854 conjunto de obras de intervenção, talvez inaugure o Centro Cultural da Casa da Moeda ainda
855 em 2015. E aí então ele se prepara para assumir uma nova fase da sua vida agora como museu
856 e centro cultural ligados à Casa da Moeda. Eu vou parar por aqui porque também esse
857 edifício, do ponto de vista de delimitação de entorno, temos que ter uma discussão aqui a
858 respeito do que foi notificado, o que está sendo discutido e o que vai ser apresentado pelo
859 professor Nestor. O meu problema é o seguinte: delimitação de área de entorno deste bem.
860 Quando houve a notificação, houve um entendimento e não sabemos qual o motivo de erro,
861 foi delimitada a área de entorno como correspondente ao corredor cultural do Rio de Janeiro.
862 Então, o corredor cultural do Rio de Janeiro, o que, particularmente eu acho uma coisa

863 descabida. Então, o que eu quero propor a vocês para discutir é o seguinte: é que
864 considerando a decisão do Conselho Consultivo da última reunião que tombou o que
865 consideremos o museu, o edifício tombado e a sua área de entorno correspondendo à mesma
866 do parque. Ou seja, que é uma preocupação do professor Nestor para possibilidade de conter a
867 construção de algum edifício que interfira na sua leitura, na sua ambiência. Então a proposta
868 que o professor Nestor está trazendo é que ele seja tombado, sem a área de entorno e incluído
869 na área do entorno do bem maior nessa área que é o próprio parque. É isso, presidenta”.

870 Terminada a apresentação, o **Conselheiro passou à leitura do parecer. “EMENDAS PARA**
871 **O PARECER SOBRE PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO EDIFÍCIO SITUADO À**
872 **PRAÇA DA REPÚBLICA, 26, CENTRO, RIO DE JANEIRO.** Processo 1600-T-10. O
873 Processo tem algumas peculiaridades que merecem registro. A primeira é que não passou pela
874 Câmara de Arquitetura e Urbanismo, apesar de ter alguns aspectos contraditórios. Nessas
875 condições, este conselheiro-relator está solitário no encaminhamento da matéria e desde já
876 pede desculpas pela extensão do relato. A segunda peculiaridade é que o Processo teve dois
877 relatores do quadro do IPHAN, ambos com evidentes qualidades e indiscutível maturidade. E
878 cada um apresentou pontos de vista diferentes. A razão da inicial parecia ser a busca de
879 reconhecimento de valor, para ajudar na captação de recursos para o restauro do edifício, nos
880 termos da Lei Rouanet. A terceira peculiaridade e que, segundo imagem do Google Earth, de
881 setembro de 2014, naquele momento as obras das fachadas já estariam quase concluídas,
882 antes, portanto da chegada deste Processo ao Conselho. A inicial é um ofício de Luiz Felipe
883 de Nucci Martins, presidente da Casa da Moeda do Brasil, encaminhado no dia 16 de janeiro
884 de 2009, ao então superintendente da 6ª Regional do IPHAN, naquela cidade. Seguiu-se outro
885 ofício, destinado ao então presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, datado de 12 de
886 agosto de 2009. Cabe observar que o imóvel foi tombado pelo município do Rio de Janeiro
887 em 19 de maio de 2009, de acordo com o decreto número 3072. Uma vez aberto o Processo,
888 este foi enviado pelo superintendente do IPHAN-RJ a arquiteta Jurema Kopke Arnaut,
889 coordenadora do DEPAM, que por sua vez o encaminhou a Arquiteta Joyce Carolina Moreira
890 Kurrels Pena para dar parecer “em caráter excepcional”. Em 23/12/2009, Joyce Pena
891 encaminhou ofício para à coordenadora técnica Meise Paes, no qual esclareceu que o pedido
892 de tombamento fazia parte de um projeto elaborado pelo arquiteto Glauco Campello, para
893 requalificação e adaptação do referido imóvel, para abrigar um museu e um centro cultural,
894 projeto remetido em anexo, para ciência e eventual pronunciamento. Em uma primeira
895 avaliação, a arquiteta Joyce considerou que se tratava de um anteprojeto, apresentado ao
896 PRONAC, prevendo demolições de anexos espúrios, demolições internas de elementos não

897 compatíveis com o uso proposto, requalificação dos espaços internos e externos, construção
898 de novos anexos, instalação de equipamentos modernos de refrigeração, iluminação e outros e
899 restauração das fachadas e do recobrimento do telhado do prédio principal. Considerava que
900 se tratava “bem mais de um projeto de *retrofit*, pelo qual o prédio antigo obsoleto em termos
901 de instalações, se vê renovado através de uma requalificação arquitetônica completa, do que
902 um projeto de restauração”. Observava mais que “o imóvel foi penalizado com sucessivas
903 intervenções, algumas grosseiras, que o foram desfigurando pouco a pouco, mantendo-se
904 pouco alteradas, apenas, as fachadas e a volumetria do prédio principal, elementos estes
905 resultantes da grande reforma havida em 1906-1908”. Em ofício de 07 de janeiro de 2010, o
906 presidente da Casa da Moeda do Brasil, Luiz Felipe de Nucci Martins encaminhou uma série
907 de documentos referentes ao imóvel, inclusive um denominado “O Palacete do Barão de Ubá
908 e suas Ocupações”, da historiadora Evelyne Azevedo, e o documento denominado “Projeto
909 detalhado para Restauração e Adaptação do Imóvel”, elaborado pelo Instituto Herbert Levy,
910 bem como um CD, contendo os desenhos do projeto a ser adaptado. O processo de
911 tombamento recebeu o número 1600-T-10. O relatório da historiadora Evelyne Azevedo,
912 entre as páginas 18 e 47, traz dados sobre o histórico do edifício. Seguem-se dados sobre o
913 estado do edifício naquele momento, sobre o projeto de restauro, incluindo uma cópia do
914 contrato entre o Instituto Herbert Levy e a Fundação Casa da Moeda. À página 125 do
915 processo há um ofício do então superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, Carlos
916 Fernando de Souza Leão Andrade, encaminhando o parecer número 005/10 e seus anexos,
917 para fins de abertura do processo de tombamento, informando estar plenamente de acordo
918 com as ponderações e conclusões da arquiteta Joyce Pena, “no que se restringe à proposta de
919 tombamento das fachadas do citado prédio. E prossegue com a seguinte manifestação; quanto
920 à segunda hipótese aventada pela parecerista – tombamento em conjunto - parece-nos um
921 pouco mais problemática, na medida em que, “a despeito da presença na área de alguns bens
922 já acautelados por este IPHAN, assim como pelo INEPAC além de outras edificações
923 contemporâneas daquela que ora estudamos, demandaria um esforço possivelmente inútil haja
924 vista que já se constata, há alguns anos, a descontinuidade desse conjunto arquitetônico ao
925 qual se poderia atribuir algum valor”. O parecer da arquiteta Joyce Pena, entre as folhas 127 e
926 144, inclui um minucioso histórico do edifício, que procuramos resumir a seguir. O imóvel
927 localiza-se à Praça da República, na quadra entre a Rua da Constituição e a Rua Visconde do
928 Rio Branco, achando-se inserido “no conjunto de edificações datadas do século XIX / início
929 do século XX que permanecem como testemunho desses tempos, bem como de outras etapas
930 históricas”. Como mostra uma planta de 1820, o terreno já se encontrava ocupado naquela

931 época. De fato, naquele local estava sendo erguida a edificação que deveria servir como
932 residência para o Barão de Ubá. Entretanto, o imóvel foi vendido a Dom João VI para
933 instalação do Museu Real, fundado por decreto de 06 de junho de 1818, com o objetivo de
934 “propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais do Reino do Brasil”. À nova
935 instituição foram agregadas coleções oriundas da chamada Casa de História Natural,
936 conhecida como Casa dos Pássaros, criada em 1784 pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos e
937 Sousa, anteriormente situada em outro local. A nova instituição foi beneficiada com a
938 chegada, em 1817, da futura Imperatriz Leopoldina, que veio acompanhada da chamada
939 Missão Austríaca, composta por figuras de notáveis pesquisadores europeus, como Johann
940 Natterer, zoólogo, Johann E. Pohl, mineralogista e botânico, Thomas Ender, paisagista, João
941 Baptista Von Spix e Carlos Filipe Von Martius e Johann S. Mikan, botânico e entomólogo de
942 Praga e chefe da Missão. A instituição foi aberta à visitação pública em outubro de 1821,
943 tendo permanecido no local até 1892, tendo sido seu título alterado para Museu Imperial, em
944 1842. Segundo a documentação iconográfica, o aspecto externo da edificação pouco variou
945 até 1870, ainda que internamente tenha sofrido inúmeras adaptações. A reforma de maior
946 impacto foi realizada entre 1905 e 1907, quando para lá foi transferido o Arquivo Público
947 Nacional. O edifício foi praticamente refeito, seguindo um projeto elaborado pelo engenheiro
948 Francisco Augusto Peixoto, com aparência de gosto neoclássico tardio, já no quadro do
949 ecletismo. As obras foram dirigidas pelo arquiteto italiano Raphael Rebecchi ou Raffaele
950 Rebecchi. As obras incluíram a construção de um terceiro pavimento em seu corpo principal,
951 remodelação das fachadas, reforma completa dos espaços internos, incluindo a construção de
952 uma estrutura metálica para suporte dos arquivos e a execução de novos alicerces. Como
953 observa o parecer, “o que se pode verificar, contudo, é que a execução das referidas obras
954 transformou completamente não só a aparência externa, mas também toda a estrutura interna
955 do prédio, o que é compreensível tendo em vista as necessidades surgidas em função do novo
956 uso”. Durante a administração de José Honório Rodrigues, como diretor do Arquivo Nacional,
957 a partir de 1958, foi realizada uma segunda grande intervenção arquitetônica. Nos blocos
958 laterais foram criados pisos intermediários entre o segundo pavimento e a cobertura, o que
959 levou a uma reforma estrutural, incluindo novas colunas a partir do pavimento térreo. Foi
960 substituída a cobertura com estrutura de madeira, por outra com metal e concreto e telhas de
961 fibrocimento. Em 1985 o Arquivo Nacional foi transferido para outro local. O prédio passou à
962 Casa da Moeda do Brasil em 04 de agosto de 1986. Desde 1998 até o início das obras
963 projetadas por Glauco Campello, permaneceu vazio, com acentuada degradação. Como
964 observou a arquiteta Joyce Pena, “torna-se praticamente impossível restaurar seus espaços

965 internos, gravemente afetados pelas violentas intervenções ocorridas”. E concluiu: “esta é a
966 constatação a que chegaram, não só os proponentes do projeto de requalificação predial
967 requerentes do presente pedido de tombamento, mas também esta parecerista”. E, em
968 continuação: “podemos assim, afirmar que, do projeto de remodelação e adaptação executado
969 entre os anos de 1905 e 1907, as fachadas apresentam-se como um dos poucos segmentos da
970 edificação em condições de serem restaurados aos moldes da citada época, não restando no
971 prédio qualquer elemento que nos reporte aos tempos em que ali se instalou o Museu Real”. E
972 prossegue: “isto posto e já nos adiantando em nossas conclusões, dificilmente poder-se-ia
973 lançar mão desse argumento na defesa de um valor histórico, relacionando-o àquela segunda
974 fase de existência do edifício [os tempos em que ali se instalou o Museu Real”. Ressalve-se,
975 entretanto, a possibilidade de fazê-lo quanto àquilo que a edificação ainda mantém das
976 características adquiridas no início do século XX, quando abrigou o Arquivo Público
977 Nacional, função tão nobre quanto historicamente distinguida”. O texto da arquiteta destaca a
978 importância de decidir entre a preservação dos remanescentes de um edifício histórico, no
979 qual as únicas partes efetivamente preservadas são as fachadas e a possibilidade de um
980 tombamento como parte de um conjunto mais amplo. E pode esta ser examinada em mais de
981 uma perspectiva. Convém retomar suas palavras. “Deve-se lembrar, mais uma vez, que o
982 projeto em andamento dotará a edificação de modernas instalações, construirá novos anexos,
983 desmontará salas que dizem respeito à antiga função como arquivo, resultando, enfim, que,
984 apenas as suas centenárias fachadas permanecerão como testemunho histórico desses tempos
985 passados. E, bem aqui, está o ponto a que, afinal, chegamos: as fachadas”. “Não nos parece [é
986 sempre a arquiteta Joyce falando] que estas mereçam mérito maior do aquele que se possa
987 conferir a uma histórica edificação, como a que ora estudamos. Contudo, apesar da ausência
988 de um caráter formal mais elaborado, trata-se de um edifício imponente, de grandes
989 proporções e uma vez restauradas as suas fachadas, conforme se prevê no projeto, estas,
990 certamente, somarão beleza e dignidade àquela edifício historicamente tão importante para a
991 Nação. Parece-nos que, desse modo, estar-se-ia salvaguardando algo maior do que a própria
992 edificação em si, ou seja, corroborando indiretamente com a proteção da ambiência do Campo
993 de Santana. Deve-se ressaltar que em nosso parecer número 25/03 relativo ao processo de
994 tombamento número 1388-T-97, (ainda não submetido ao Conselho Consultivo do Patrimônio
995 Cultural) [até aquela época, diz este conselheiro-relator] defendemos a reinscrição dos jardins
996 do Campo de Santana nos Livros de Tombo deste Instituto tendo sido nosso parecer
997 endossado pelo DEPAM”. “Nesse sentido, ou melhor, associando-se a importância do sítio e a
998 ancianidade do prédio e seu caráter histórico enquanto antiga sede do Arquivo Nacional,

999 poder-se-ia, na melhor das hipóteses, justificar o seu tombamento pelo IPHAN, desde que tão
1000 somente restrito às suas fachadas”. Voltemos a nossas palavras. Trata-se no caso de uma
1001 discussão, como observamos acima, da diferença entre os conceitos de tombamento de
1002 edifícios isolados e o de sua valorização como parte de um conjunto. Com relação às
1003 observações da Arquiteta Joyce Pena, devemos nós, agora, registrar que o Campo de Santana
1004 foi reintegrado como patrimônio histórico na última seção do Conselho Consultivo do
1005 IPHAN, no primeiro semestre de 2015 e que o conjunto da Rua do Catete, no Rio de Janeiro,
1006 não foi o único exemplo do gênero. Exemplo semelhantes são os do conjunto ao redor do
1007 Jardim da Luz, em São Paulo, e o da Praça da Matriz e do Largo dos Andradas, em Porto
1008 Alegre, ambos analisados por este conselheiro-relator e posteriormente aprovados pelo
1009 Conselho Consultivo, com base no conceito de conjuntos urbanísticos. No Processo, o assunto
1010 foi retomado quando o Processo foi encaminhado ao engenheiro e historiador Marcos Tadeu
1011 Daniel Ribeiro, em 18/05/2010, para elaboração de novo parecer. Este inicia suas
1012 considerações, adotando uma outra perspectiva. Observa que “é em tudo recomendável o
1013 tombamento do imóvel referido, por sua importância histórica”. Para fundamentar sua
1014 opinião, destaca que em sua fase inicial, o imóvel foi destinado “a abrigar o primeiro Museu
1015 e, sobretudo, a primeira instituição de pesquisa científica no país: a “Casa de História
1016 Natural”. De modo circunstanciado, mostra que essa instituição foi criada em 1784 pelo Vice-
1017 Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, como parte de um movimento de valorização da pesquisa
1018 científica, que ocorria na Europa, com extensões ao Brasil, em um movimento de expansão
1019 “do racionalismo e do empirismo”. No desenvolvimento de sua argumentação, mostra que
1020 esse evento coincide no tempo com a criação de academias de ciências em várias regiões.
1021 Lembra que, na Ajuda, organizou-se um museu de História Natural: O Real Museu da Ajuda,
1022 ficando o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), responsável por empreender
1023 uma “viagem filosófica” à América Portuguesa. Com base em outras observações, Daniel
1024 Ribeiro conclui que a importância histórica da ‘Casas dos Pássaros’ seria inequívoca. Com a
1025 chegada da Arquiduquesa da Áustria Da. Maria Leopoldina, em 05 de dezembro de 1817,
1026 com seu séquito de pesquisadores, volta a haver interesse oficial pela pesquisa científica. Por
1027 decreto de 06 de junho de 1818 foi criado o Museu Real, que substituiu a Casa de História
1028 Natural, incorporando seu acervo. Entretanto, observamo-nos, esta última instituição nunca
1029 funcionou no edifício da Praça da República. Após a Independência, o Museu Real passou a
1030 se denominar Museu Imperial e em 1842 passou a denominar-se Museu Nacional, ao qual
1031 ficou subordinado o próprio Real Horto, hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A
1032 instituição funcionou até 1892 no mesmo prédio, quando foi transferida para a Quinta da Boa

1033 Vista. O local foi destinado ao uso do Arquivo Nacional, que procedeu a uma grande reforma,
1034 antes de sua instalação. O sentido das mudanças foi especificado no parecer da arquiteta Joyce
1035 Pena. Na parte de conclusão do seu relatório, Marcus Daniel Ribeiro observa que “não
1036 entendemos ser recomendável a inscrição desse imóvel no Livro de Tombo das Belas-Artes,
1037 além da que indicamos no Livro de Tombo Histórico”. Considera que a reforma realizada em
1038 1907 não apresentava características estilísticas neoclássicas que merecessem registro.
1039 Entretanto, afirma que “considera-se pertinente que o tombamento no Livro de Tombo
1040 Histórico incida sobre todo o imóvel e não apenas sobre a fachada. Sem desconhecer a
1041 pertinência das ponderações constantes no processo, que recomendam a inscrição apenas da
1042 fachada do prédio, liberando sua parte interna. E observa também que “o tombamento de um
1043 prédio não impede, em absoluto, que seja objeto de transformações conscientes e de qualidade
1044 controlada pelos senhores arquitetos e engenheiros da Casa, inclusive buscando atualizar, com
1045 material contemporâneo, os pisos, luminárias, ferragens, divisórias etc.”. Eis aí outra questão
1046 de princípio, posta em discussão no Processo. Esse não é o entendimento deste conselheiro-
1047 relator. Há um ponto a esclarecer. Se o conceito de História fosse o que prevaleceu no Brasil
1048 até a primeira metade do século XX, o bem cultural seria apenas visto como um símbolo. Se o
1049 conceito de História é o de uma perspectiva sobre o processo social, o edifício deve ser visto
1050 como um documento, cujas características internas permitem conhecer o modo como se
1051 desenvolviam as atividades ali realizadas no passado. Assim, as reformas internas poderiam
1052 corresponder a uma destruição de documentos. Qualquer leniência em relação a essas formas
1053 de destruição permitiria estabelecer precedente, que não deve ser aberto. Exige-se, no caso,
1054 uma explicitação dos critérios adotados e de seus limites. Entretanto, no caso, trata-se
1055 realmente de um marco, o do início das atividades científicas no Brasil. Até porque, no
1056 edifício funcionaram outras instituições de caráter cultural. Sendo assim, prevalece o sentido
1057 simbólico sobre o valor documental. Mas é indispensável esclarecer as diferenças. Também é
1058 possível pensarmos no tombamento do edifício, como um todo, como medidas de controle,
1059 apenas sobre a fachada e a volumetria. Finalmente, o historiador Marcus Tadeu observa que
1060 “com relação ao entorno do imóvel, julgamos que não deve ser fixado agora isoladamente,
1061 sem se considerar a existência de outras medidas reguladoras para a área, como corredor
1062 cultural no entorno do Campo de Santana, cujo parecer está em curso neste Departamento
1063 também”. Em ofício de 02/08/2010, a coordenadora Jurema Kopke Arnaut manifesta sua
1064 concordância com o parecer do engenheiro e historiador. A seguir, a páginas 212 a 232, há o
1065 parecer da Procuradora Federal Genésia Alves Marta Camelo. O Processo foi agora
1066 encaminhado a este conselheiro, para relatar. Os pareceres, de autoria da arquiteta Joyce

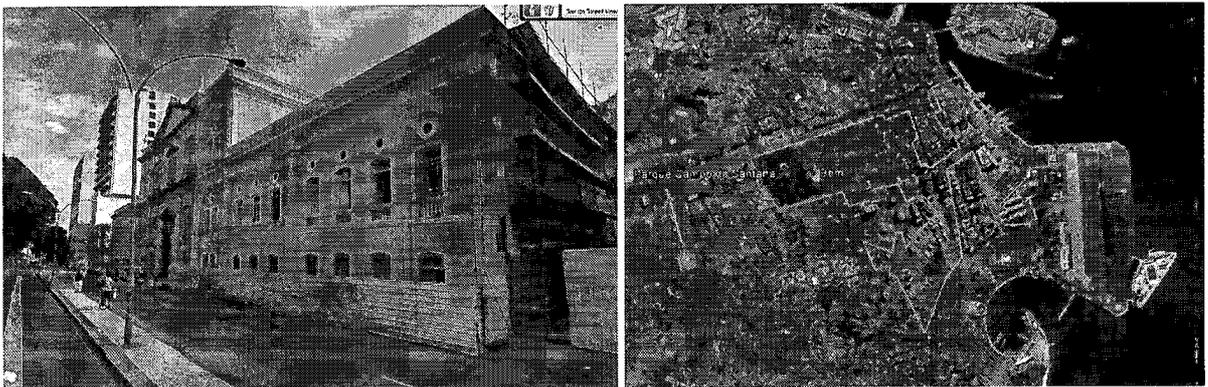
1067 Kurrels Pena e do engenheiro historiador Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, do quadro do
1068 IPHAN, como sempre de excelente nível, facilitam sobremaneira nosso trabalho, mas, como
1069 foi observado, levantam questões fundamentais. Em primeiro lugar, manifestamos nossa
1070 concordância com a conclusão de Marcus Daniel Ribeiro pela inscrição no Livro de Tombo
1071 de História, não só pelo fato de ser o local da sede da primeira instituição científica brasileira,
1072 como também por terem tido sede, no mesmo local, o Museu Nacional e o Arquivo Nacional.
1073 Ao mesmo tempo, manifestamos nossa concordância com as observações da arquiteta Joyce
1074 Pena, que destaca a importância dos remanescentes do antigo edifício (sua fachada, segundo a
1075 reforma de 1907) como parte fundamental do conjunto de edifícios históricos ao redor do
1076 Campo de Santana. Esta manifestação procura complementar a decisão do Conselho
1077 Consultivo em sua última reunião, de reinscrição do Campo de Santana como bem cultural
1078 protegido pelo IPHAN, recomendando-se também a inscrição desse edifício como parte do
1079 conjunto urbanístico de enquadramento do Campo de Santana, que segundo informa o
1080 historiador Marcus Tadeu, já está em curso no IPHAN. **Por todas essas razões, propomos ao**
1081 **Conselho a aprovação do pedido de tombamento desse imóvel, inscrevendo-o no Livro**
1082 **de Tombo Histórico e sugerindo seu enquadramento, nos estudos em curso, como parte**
1083 **de um conjunto mais amplo, fundamental para a cidade do Rio de Janeiro.** É o parecer.
1084 Nestor Goulart Reis. Conselheiro. 17 de setembro de 2015. 80ª Reunião do Conselho
1085 Consultivo do Patrimônio Cultural”. A Presidenta abriu a palavra para manifestação dos
1086 Conselheiros. O Conselheiro Roque de Barros pediu a palavra para elogiar o parecer e
1087 aproveitou para lembrar o fato de que o Museu Nacional iniciou os preparativos para a
1088 comemoração dos 200 anos da sua fundação, daqui a três anos. “Eu trabalhei os meus
1089 primeiros 9 anos de carreira no Museu Nacional e lá eu aprendi que ele foi criado na antiga
1090 Casa dos Pássaros, uma casa de final do século 18. Então, eu acho importante lembrar o fato
1091 que o Museu Nacional tem essa importância que o senhor destacou, como a primeira
1092 instituição científica do país. E que hoje é um polo de excelência acadêmica na sua área de
1093 antropologia, botânica, geologia e zoologia”. Concluiu. Andrey Schlee lembrou ao Conselho
1094 que “se há história em algum prédio é recomendado por cartas internacionais e por orientação
1095 do Iphan a construção de pelo menos um espaço de memória do próprio prédio e que
1096 acontecendo isso vai permitir que as diversas camadas presentes na edificação, e todo o
1097 simbolismo inerente a ela possa ser lido pela população que necessariamente não tem
1098 obrigação de saber da sequência histórica demonstrada pelo conselheiro demonstrou e pelas
1099 imagens mostradas”, destacou. A seguir a palavra foi passada ao Conselheiro Marcos
1100 Castrioto de Azambuja. “Eu estudei na Faculdade Nacional de Direito que era no antigo

1101 Senado, portanto esse quarteirão para mim é uma espécie de parte daquilo só ficou, a rigor,
1102 nos bichinhos que tinham no Campo de Santana, as cutias, as últimas remanescentes de toda
1103 essa cidade. Eu creio que aquilo é parte de um miolo do Rio de Janeiro, muito importante”.
1104 Declarou que “agora estou de acordo que é preciso definir bem o grau de sacralidade que
1105 aquilo tem, o que se está preservando exatamente para que não se preservem coisas que já
1106 foram descaracterizadas. Agradeço a ideia de que a placa comemorativa restaura aquilo que
1107 não é mais recuperável. Aqui foi, aqui funcionou, aqui estive, quer dizer, a memória fica, mas
1108 o que está ali memorizado já não tem mais a fisionomia que tinha o edifício original. De
1109 modo que obrigado, foi um momento esclarecedor e enriquecedor”, arrematou. A seguir falou
1110 o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes que se dirigiu ao Conselheiro Nestor Goulart Reis
1111 Filho para perguntar como ele via tombamento no Livro Histórico ou no Livro de Belas Artes,
1112 com referência ao bem concreto e, se tombado em um desses dois livros, que tipos de
1113 intervenções seriam possíveis fazer nesse bem, se poderia, por exemplo, demoli-lo, questões
1114 que o Conselheiro relator respondeu da seguinte forma: “Não. Demolir o bem se ele é
1115 tombado e é Patrimônio nacional, sua destruição é crime. E tem que ser processado. Mas, ao
1116 propormos o tombamento temos que explicitar essas questões, caracterizar o que está sendo
1117 preservado. O edifício está sendo preservado, ainda que descaracterizado internamente, na sua
1118 função inicial, até porque ele foi várias coisas sucessivamente e podemos estabelecer os graus
1119 de proteção em relação a determinadas coisas. Então, as fachadas não devem ser mexidas,
1120 nunca, elas devem ser sempre repostas naqueles termos. A volumetria também, porque senão
1121 é outro edifício. Agora, pode se fazer reformas de adaptação, internamente, com bom-senso,
1122 mas sem alterar essas partes. Então, aquilo precisa ser preservado como parte do conjunto e,
1123 obviamente, a fachada é a parte mais importante e ela está preservada. Mas, na especificação
1124 do tombamento, é relevante dizer o que é intocável: é a fachada nos termos em que ela está,
1125 ainda que ela seja a terceira versão de fachada em termos de acabamento. Mas as paredes,
1126 propriamente, devem ser as mesmas com exceção do terceiro andar, que é do século 20. O
1127 comentário é inteiramente pertinente, já que sendo um centro cultural se tenha pelo menos
1128 uma sala com essa documentação. Hoje em dia, com os processos digitais, é possível
1129 incorporar todas as iconografias e informações para o público entender a história do prédio.
1130 Mas, realmente do ponto de vista histórico é assim. Por outro lado, se houver o tombamento
1131 não só da Praça da República como hoje existe, mas também do seu entorno, aí será a
1132 inscrição no Livro de Bens Materiais de Arquitetura de Belas Artes, com as características
1133 especificadas anteriormente. Mas o processo de tombamento sempre deve corresponder a uma
1134 especificação das coisas de que estão se tratando. Não podemos e não devemos fazer isso com

1135 generalidades porque senão amanhã as coisas não serão respeitadas”, explicou. Andrey
1136 Rosenthal Schlee interveio para dizer, em alusão à conclusão da fala do Conselheiro Nestor
1137 Goulart, o quanto é fundamental o registro da ata. “Porque tanto no processo quanto na ata,
1138 nós estamos definindo o que os senhores estão debatendo e estão indicando. É fundamental,
1139 porque se trata do valor. Nós tombamos o valor e os valores são vocês que estão concordando,
1140 ou não, a partir do processo. Neste caso, nós estamos discutindo uma questão de valor
1141 histórico e é fundamental que tenhamos isso sempre em mente, pois é a partir daí que quando
1142 por algum motivo os projetos de intervenção entram no Iphan, eles são analisados a partir
1143 disso”. A seguir falou o Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses: “Eu gostaria de
1144 parabenizar o professor Nestor, sobretudo pelo rigor da sua exposição e pela sensatez. E por
1145 isso mesmo gostaria de reforçar dois pontos que ele apresentou: em primeiro lugar é
1146 necessário que se distinga com bastante atenção os valores cognitivos e os valores afetivos.
1147 Valores históricos eu não sei bem o que são se não forem uma modalidade de valor cognitivo.
1148 Apenas uma modalidade, não um valor autônomo. E, por isso, de fato, a história sendo
1149 concebida como um processo de conhecimento controlado há a necessidade de que exista
1150 conteúdo documental quando se fala de valor histórico. Mas apenas isso. E depois nós temos
1151 o valor afetivo, que são aqueles que pressupõem vínculos de subjetividade e que estão
1152 reconhecidos plenamente, e explicitamente, pela Constituição, no artigo 216. Grande
1153 novidade que não existia na sistemática anterior e que às vezes esquecemos que deve estar
1154 presente no nosso horizonte, eu diria até mesmo nos métodos e abordagens da nossa
1155 problemática. E esses valores afetivos são valores que podem combinar-se com os valores
1156 históricos. Apenas por necessidades administrativas que temos esses diversos livros porque a
1157 vida social, a vida cultural, não têm essas segmentações. Então, valores afetivos são aqueles,
1158 por exemplo, da memória e da identidade (simbólicos). E eles podem estar articulados aos
1159 valores que nos permitem conhecer a partir de coisas materiais, como é o caso de uma
1160 estrutura arquitetônica. Processos históricos deixam marcas na materialidade mesma da coisa.
1161 É bom que saibamos, entretanto, que qualquer exame que se faça do documento, o documento
1162 só é documento para o observador e, portanto, só no estado presente é que existe o
1163 documento, inclusive o documento de eras prescritas - só existe documento criado pela
1164 intenção de conhecimento - e é no estado em que a coisa se encontra que ela tem a sua
1165 historicidade possível de ser apreendida. Isso me leva ao segundo ponto que é o seguinte: é
1166 claro que podemos falar de história fatiando segmentos, mas não é melhor a história que se
1167 tem a partir daí. Não é a melhor compreensão da historicidade. Mas a gente pode entender
1168 precisamente a partir dessa contemporaneidade do documento e do observador, a somatória

1169 dos processos que levaram àquele estado final. Por exemplo, o meu corpo é historicamente
1170 construído a partir daquele bebê risonho que eu já fui, acreditem. A diferença é radical. Mas é
1171 o mesmo corpo historicamente transformado. Essa perspectiva me parece fundamental.
1172 Portanto, é na somatória de vicissitudes que se tem a historicidade toda. E como só se pode
1173 tombar aquilo que é empírico, só se pode tombar aquilo que tem um estado atual passível,
1174 justamente, de fornecer entendimento de sua trajetória histórica. E pela construção histórica,
1175 procurar entender processos de organização e de transformação de sociedades”. Não havendo
1176 mais manifestações, Jurema Machado submeteu o parecer do Conselheiro à votação do
1177 Conselho, tendo os Conselheiros **aprovado por unanimidade o tombamento do prédio à**
1178 **Praça da República, 26, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e sua inscrição no**
1179 **Livro de Tombo Histórico nos termos do parecer do relator, com perímetro delimitado,**
1180 **conforme proposta do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan.**

1181 *Fotos:*



1182
1183 *Imagem 01 - Vista da fachada principal do edifício. Fonte: Google Earth. Imagem 02 -*
1184 *Entorno conforme notificado - Corredor Cultural. Em vermelho a localização do bem.*
1185 Aprovado o tombamento, a Presidenta deu início à deliberação do último ponto de pauta, o
1186 ponto 5. **Proposta de registro do bem cultural de Natureza Imaterial Pau de Santo**
1187 **Antonio, em Barbalha, Ceará, Processo: 01450.008635/2010-08, relatado pelo Conselheiro**
1188 **Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Antes da leitura do Parecer foi apresentado vídeo sobre**
1189 **a manifestação cultural como complemento ao Processo. Após a apresentação o Conselheiro**
1190 **relator iniciou a leitura do parecer: “PROCESSO nº 01450.008635/2010-08. ASSUNTO:**
1191 **Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. P A R E C E R. 1.**
1192 **RELATÓRIO. O pedido de registro, encaminhado à Presidência do Iphan, está datado de**
1193 **22/04/2010. É solicitante o Secretário de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de**
1194 **Barbalha / CE, com o endosso do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara Municipal, do**
1195 **Instituto Cultural do Vale Cariariense, do Centro Pró-Memória de Barbalha, da União das**

1196 Associações de Barbalha. Anteriormente, houvera um pedido do IAB/CE, datado de 2002,
1197 que incluía a festa de Santo Antônio em meio a outros vários bens culturais. Os mais remotos
1198 contatos do Iphan com o patrimônio cultural de Barbalha datam de 1941, mas não diziam
1199 respeito à Festa de Santo Antônio – embora daí tenha resultado a mais antiga fotografia que
1200 apresenta a Igreja Matriz com o pau da bandeira fincado à sua frente. Em 2001 iniciou-se o
1201 projeto Cariri, em parceria do Iphan/CE com a fundação de Desenvolvimento Tecnológico do
1202 Cariri (FUNDETEC) e da Universidade Regional do Cariri (URCA), do que resultou o
1203 inventário sobre a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio (2007-2011), com pesquisa
1204 arquivística, bibliográfica e de campo coordenada pela Profa. Dra. Renata Marinho Paz.
1205 Foram realizadas audiências públicas, contatos com instituições e autoridades políticas e
1206 religiosas, levantamentos bibliográficos, cartográficos, audiovisuais etc. Os suportes
1207 essenciais da instrução são constituídos pelo Dossiê de Registro da Festa, de autoria de Ítala
1208 Byanca Morais Silva e Igor de Menezes Soares (técnicos do Iphan/CE), pelo Inventário
1209 Nacional de Referências Culturais da Festa de Santo Antônio de Barbalha/CE (resultado da
1210 parceria com a URCA), pela Nota Técnica 033/2013 (elaborada por Cláudia Marina Vasques)
1211 e pelo Parecer do Antropólogo Pedro Clerot, da Coordenação de Identificação e Registro
1212 (06/08/2015). Todas são peças de grande competência e excelente nível, contando com
1213 solidez teórico-metodológica, domínio das fontes e da bibliografia, rigor de interpretação e
1214 exposição. O quadro de informações de que me servi foi basicamente o fornecido por tais
1215 documentos, além de um exame não sistemático de entrevistas realizadas entre 2004-2006. Da
1216 instrução consta ainda o Parecer do Procurador Federal Dr. Heliomar Alencar de Oliveira,
1217 reconhecendo o atendimento de todos os requisitos legais, estando assim o pedido em
1218 condições de ser submetido à deliberação do Conselho Consultivo, já tendo sido publicado no
1219 DOU de 17/08/15 o Aviso de registro em curso – sem que se tenha recebido manifestação de
1220 qualquer natureza. A vasta documentação anexada (listada de fls.295 a 296) inclui dois vídeos
1221 documentários e documentação eletrônica diversificada (dossiê descritivo da festa, fichas do
1222 INRC, plantas, mapas, croquis, questionários, depoimentos, anuências, fotografias). Enfim,
1223 cumpre registrar a existência de uma publicação que não fazia parte do material que me foi
1224 enviado (e de que tive conhecimento, assim, no dia da apresentação do relatório), mas que
1225 constitui precioso repositório de informação e análise da mais alta qualidade: trata-se da
1226 coletânea organizada por Igor de Menezes Soares e Ítala Byanca Morais da Silva, Sentidos de
1227 devoção: Festa e Carregamento em Barbalha. Fortaleza, IPHAN-CE, 2013. Esta obra me foi
1228 de valia para refinar alguns dados empíricos levados em conta na revisão do texto deste
1229 relatório. 2. ANÁLISE DO PEDIDO. Barbalha e o culto a Santo Antônio. O Dossiê

1230 Descritivo fornece breve histórico de Barbalha, município a 553 km da capital Fortaleza, hoje
1231 um dos polos mais importantes da região do Cariri, aos pés da Chapada do Araripe, em área
1232 de água abundante. Os primórdios se dão em torno de 1735, desenvolvendo-se a pecuária e a
1233 produção de rapadura e aguardente, destinada, sobretudo, ao mercado interno. No entanto,
1234 hoje a economia agrária não é o forte do município, que, com o interesse despertado pela
1235 Festa de Santo Antônio, passou a valorizar o turismo – e a multiplicar várias vezes durante os
1236 festejos sua população de quase 60.000 habitantes. A devoção a Santo Antônio é
1237 contemporânea dos primeiros tempos da fundação do povoado: em 1778 o Capitão Francisco
1238 Magalhães Barreto e Sá pede licença para construção de uma capela dedicada ao santo, orago
1239 da futura cidade. Santo Antônio, nascido em Lisboa é dos santos mais venerados em Portugal.
1240 Seu prestígio, aliás, se estende até a Itália, onde morou (Pádua) e lhe valeu a canonização
1241 apenas um ano após a morte. Sua preeminência no Brasil, principalmente no Nordeste, é
1242 herdada de Portugal. Levantamentos feitos por Ronaldo Vainfas (Dossiê, p. 9), que o
1243 considera "o mais brasileiro de todos os santos", identificou 11 nomes de cidades antoninas,
1244 apenas no Nordeste! Se a devoção ao Santo, em Barbalha, e suas manifestações festivas
1245 remontam ao século XVIII e, em especial ao XIX (entre 1860 e 1870 o famoso missionário
1246 Pe. Ibiapina incentivava o hasteamento da bandeira dos padroeiros) a festa atual começou a
1247 tomar forma em 1928, quando o Padre José Correia de Lima incorporou aos festejos oficiais
1248 da Igreja o cortejo do Pau da Bandeira. A festa de Santo Antônio se celebra no aniversário de
1249 sua morte (em 1231): 13 de junho. Treze dias antes (Trezena), começam os atos efetivos para
1250 o hasteamento de sua bandeira. Os preparativos logísticos, as convocações, estimativas de
1251 orçamento, planejamentos diversos e respectivas medidas administrativas e operacionais
1252 começam bem antes. O historiador Océlio Teixeira de Souza (Dossiê, pp.14-15) distingue três
1253 formações na trajetória da Festa: i) de 1928 à década de 1940, predomina o aspecto religioso,
1254 devendo ser apontada a atuação do pároco José Coreia de Lima, que introduziu como já se
1255 disse, o ritual do corte, carregamento e hasteamento da bandeira de Santo Antônio, além de
1256 outros rituais religiosos. ii) da década de 1940 até os primeiros anos da década de 1970 é que
1257 se teria uma verdadeira festa, com participação popular se sobrepondo aos compromissos
1258 religiosos. Ter-se-ia iniciado, então, um processo de "carnavalização". iii. a terceira fase
1259 corresponde à configuração atual da Festa, cujo elenco constitui "um verdadeiro catálogo das
1260 formas de expressão tradicionais do Cariri cearense", como reconhece o Dossiê Descritivo
1261 (p.91). O INRC identificou, entre as celebrações, a Benção da Bandeira, as Incelências, os
1262 desfiles dos Penitentes, a Procissão, a Trezena (com visitasões da imagem do santo a casas
1263 dos "noitários", empresas, instituições, marcos urbanos; leilões, quermesses). Entre as formas

1264 de expressão se contam: as Bandas Cabaçais, Capoeira, Dança do Maneiro Pau, Dança do
1265 Milho, Dança do Pau de Fitas, Lapinhas, Quadrilhas, Reisado de Congo, Reisado de Couro. A
1266 esse rol se acrescentam shows de artistas profissionais no Parque da Cidade, ofertas de
1267 comidas regionais, venda de artesanato e outras atrações – incentivadas na gestão do Prefeito
1268 Fabriano Livônio Sampaio (1973), que abriu caminho para as manifestações folclóricas (nas
1269 quais, é bom lembrar, há presença de elementos indígenas e africanos), o turismo, o interesse
1270 dominante da mídia, a participação mais acentuada do poder municipal. O ponto inicial de
1271 referência da festa é o chamado Carregamento. O corte, na mata, do tronco que será fincado
1272 diante da Matriz, seu transporte para a cidade (carregamento propriamente dito, cortejo) e o
1273 hasteamento da bandeira são atos natureza performática em que se deixa entrever,
1274 principalmente no primeiro passo, seu caráter codificado. Daí certa fixação de tempos,
1275 lugares, ações, funções, participantes (atores, espectadores, figurantes), objetos (utensílios,
1276 dispositivos vários). Quanto aos protagonistas do corte, carregamento e hasteamento da
1277 bandeira, é bom não esquecer que o ritual tem muitíssimo a ver com a economia de prestígio e
1278 legitimação e pressupõe forte conteúdo competitivo. Tais protagonistas são recrutados
1279 segundo normas pré-estabelecidas (na origem eram marchantes, que partiam do mercado onde
1280 trabalhavam; ainda hoje a maioria costuma ser pessoas de poucas posses, embora haja
1281 testemunho da presença de participantes mais abonados, como advogados, engenheiros,
1282 funcionários públicos estaduais e federais. Os papéis são claramente demarcados: capitão do
1283 pau, animador do pau, cortador, carregador. A escolha da árvore (num de dois sítios
1284 prescritos), o desgalhamento e descascamento, a deposição na "cama do pau", onde aguardará
1285 por quinze dias a eliminação da seiva (que tornará mais leve para carregar nos ombros o
1286 tronco de algo entre 20 e 22m de altura e de 2 a 2,5 t de peso), o abate de galhos menores e a
1287 fabricação de dispositivos necessários aos procedimentos, tudo isso se realiza segundo
1288 modelo fixo, não só para atender a requisitos funcionais, quanto, sobretudo, para preservar a
1289 forma como guardiã da "tradição", mesmo quando os significados se esmaecem e se tornam
1290 inconscientes. A repetição dos gestos codificados é garantia da transmissão dos sentidos e
1291 motivações, ainda que ocultos ou esquecidos. Destarte, o corpo, os hábitos corporais é que se
1292 tornam o principal vetor da tradição. Os elementos morfológicos desse rito permitiram que o
1293 Dossiê registrasse seu caráter de culto agrário e de celebração da masculinidade e da força
1294 física. Os cultos dendríticos (que se referem a árvores), são, com efeito, uma categoria
1295 conhecida de ritos de fertilidade agrária e humana. Todavia, aqui me parece que, no passar do
1296 tempo, e sem eliminar a fertilidade da terra (são raríssimos os participantes entrevistados que
1297 falam de agradecimento ao santo pelas colheitas), deu-se maior relevância à fertilidade

1298 humana. Seja como for, o mastro da bandeira de Santo Antônio na Barbalha tem precedentes
1299 europeus como o mastro de Cocanha, o pau de sebo, a árvore de maio, assim como paralelos
1300 indígenas, tais a festa do Ouricuri e da árvore da vida e mitos da árvore que liga a terra aos
1301 céus. O caráter sacrificial do corte e carregamento do tronco foi reconhecido na pesquisa.
1302 Contudo, parece-me oportuno salientar que uma marca muito forte na dor e no esforço para
1303 superar as dificuldades como formas de penitência ou devoção podem ser um tanto
1304 impróprias. O carregamento é, de fato, um sacrifício – mas, sobretudo no sentido técnico de
1305 ato consagratório (sacer facere: tornar sagrado, transferir de uma esfera cotidiana para uma
1306 transcendente). O sacrifício não pressupõe forçosamente a dor como condição. Por certo,
1307 aqui, o carregamento requer superação da dor, dos muitos percalços, dos riscos, do cansaço
1308 até a exaustão. E, sem dúvida, a devoção ao santo pode funcionar como alívio e incentivo para
1309 ir até o fim. No entanto, quero crer que a motivação mais profunda está no caráter competitivo
1310 do rito (comum nas tradições arcaicas) e na demonstração de força física, habilidade,
1311 experiência, competência – numa palavra, virilidade. Entretanto, vale a pena apontar que,
1312 neste contexto, a virilidade está associada à virtude: a virilidade a serviço da devoção, ou
1313 vice-versa. Tudo isso submetido ao julgamento social dos companheiros e da multidão
1314 variada de circunstâncias. Permito-me fazer apelo (dentro de meu domínio de competência,
1315 que é a Antiguidade clássica) a uma narrativa de Heródoto, referida ao séc. VI a.C., que
1316 esclarece magnificamente bem esta situação – sem que, com isso, eu esteja propondo uma
1317 antropologia comparativa ad hoc, mas apenas alertando para as dimensões corporais dos ritos.
1318 Cléobis e Biton eram gêmeos cuja mãe, sacerdotisa de Hera em Argos, precisava comparecer
1319 com urgência ao santuário, mas os bois que puxariam seu carro não tinham voltado do campo.
1320 Seus filhos tomaram o lugar dos animais e percorreram com sucesso a caminhada de 20 km.
1321 O fato provocou a admiração dos fiéis, não só pela devoção filial e respeito à deusa, mas
1322 também pela proeza física e o vigor corporal dos gêmeos. Orgulhosa pelo prestígio social que
1323 merecera, a mãe solicitou a Hera uma recompensa para os filhos. Em resposta, a deusa
1324 (precisamente associada à fertilidade) mergulhou os jovens num sono profundo, de que não
1325 mais voltaram: a morte, à qual vicariamente se seguiu a consagração de duas estátuas no
1326 santuário de Delfos foi considerada o melhor recurso para preservar, na fixidez da pedra, a
1327 juventude e força física dos heróis, livrando-os da inevitável degeneração que o tempo haveria
1328 de trazer. É uma forma de reconhecer o potencial de virtude na força muscular. Não por
1329 acaso, são da mesma família palavras como virtude e virilidade. Componente fundamental do
1330 corte e do cortejo são as brincadeiras de duplo sentido e a ingestão de cachaça – que não me
1331 parece devam ser consideradas intrusões profanas num contexto religioso, mas componente

1332 legítimo dele. O duplo sentido torna explícita a vinculação do tronco ao órgão masculino,
1333 portanto chave semântica do ritual. Por analogia de forma e consistência circunstancial, a
1334 palavra portuguesa "pau", que designa também tronco de árvore, na linguagem chula refere-se
1335 ao membro viril. Os seguintes versos de Pavão, um poeta "animador do pau" nas décadas de
1336 1970 e 80, são boa amostra do teor das brincadeiras e de sua relação com a esfera da
1337 procriação e da potência fálica: "Esse pau é doloroso / Esse pau é bom / Esse pau é gostoso /
1338 É um pau que todo mundo gosta, o pau de Toím" (Dossiê, p.10). As brincadeiras de duplo
1339 sentido e a cachaça não são marcas profanas estranhas a um contexto religioso, pois se trata
1340 de uma das expressões materiais da força generativa. A potência vital, por sua vez, é uma das
1341 referências do universo religioso. Humor e religiosidade não se excluem. Embora haja poucos
1342 estudos a respeito, são conhecidas as paródias dentro dos próprios ritos, a presença dos
1343 chamados "ritual clowns" (comuns em festas antigas do nascimento ou morte dos santos), de
1344 comportamentos ultrajantes (para afugentar os maus espíritos), de expressões críticas e assim
1345 por diante. De sua parte, o humor verbal, a galhofa, pelo que implicam de habilidades,
1346 realçam igualmente o caráter de competição (uma das marcas do carregamento, como se viu),
1347 mas também favorece a solidariedade. Santo Antônio não está excluído deste universo.
1348 Afinal, ele é dos santos que mais intimidade estabeleceu com os devotos, a ponto de aceitar
1349 pacientemente improperios, blasfêmias e maus tratos. Além disso, sua história revela traços de
1350 coragem e virilidade, na defesa da fé ("martelo dos hereges"), nas agruras pelas quais passou
1351 nos confrontos com os muçulmanos, nas suas funções militares (póstumas), como soldado
1352 raso e até capitão – com soldo -- e, *last but not least*, como santo casamenteiro. Por sua vez, a
1353 bebida e a embriaguez sempre tiveram papel importante na indução de estados de consciência
1354 alterada, capazes de fazer experimentar o transcendente. Sem minimizar sua serventia como
1355 recompensa ou combustível para a prova de força (animação para suportar o esforço, como
1356 ocorria com os escravos no eito) ela agrega aqui outras dimensões de significado. Enfim, o
1357 nome formal dado à bebida como sendo a "cachaça do Sr. Vigário" confirma ironicamente a
1358 ambiguidade com que, nesta como nas festas em geral, se transita entre o sagrado e o profano,
1359 o sério e o lúdico. A seguir, entra o cortejo, o carregamento propriamente dito. Na Grécia
1360 antiga – para voltar a um repertório cômodo de referências --, os cultos dendríticos tinham em
1361 Dioniso sua referência paradigmática (deus antes da vinha do que do vinho, isto é, deus da 
1362 fecundidade). Mas, além das danças em torno de um tronco adornado (com folhas e máscaras)
1363 e da ingestão de bebida, havia o cortejo (thíasos), pois se tratava de um deus missionário, que,
1364 com seus acólitos, percorria os espaços para angariar adeptos, também nos espaços urbanos.
1365 Em Barbalha, precedido por orações (Padre Nosso e Ave Maria, eventualmente com a

1366 presença do pároco e outras figuras de proa), o cortejo que, por 6 a 10 km levava o tronco do
1367 local do corte à cidade, é acompanhado, ao longo de todo o percurso até seu ponto final, por
1368 uma aglomeração de pessoas que bebem, dançam sensualmente, saúdam a chegada do Pau da
1369 Bandeira do Santo. Celebração dionisíaca? Sem dúvida pela comunhão etílica, pelo
1370 afrouxamento de regras, pelas significações sexuais ocultas no tronco que se transporta até a
1371 Praça da Matriz e do qual as moças solteiras retiram lascas (para o chá) ou contra o qual
1372 muitas vezes são empurradas ou se deixam empurrar. Inspirada pela "cachaça, pela farofa,
1373 pelo grito do povo, do cantado, do chamado" (segundo o depoimento de um entrevistado não
1374 identificado), desenvolve-se o "mela-mela": mais que confusão, é uma fusão primeva de
1375 corpos (masculinos) que se tocam e empurram, mergulham no barro vermelho, "laminha
1376 gostosa", como batismo ou se enterram numa "papa de areia". Mais que de inversão bakhtiana
1377 (o mundo de ponta-cabeça, com as posições sociais trocadas), julgo preferível considerar o
1378 que se passa como um tipo de inclusão tensionada – não tão provisória – pelo protagonismo
1379 dos segmentos populares, seja pelo prestígio que se prolonga após a festa, seja por que mutatis
1380 mutandis, as interações são, na maioria, razoavelmente simétricas. Além disso, o poder
1381 (político, eclesiástico ou econômico), apesar das oscilações de escala, não parece ter-se
1382 encontrado em situação reversa. Diferentemente do que ocorre em Barbalha é o caráter
1383 efêmero que contribui, nas inversões, para reforçar a suposta legitimidade da norma e da
1384 ordem. A seguir, tem-se o hasteamento da Bandeira, ritual dos mais antigos. O que chama a
1385 atenção é a desmobilização do caráter competitivo da força física, substituída pela solução
1386 tecnológica da construção in loco de uma engenhoca altamente eficaz e segura, para erguer e
1387 estabilizar o tronco. E a "compostura" da cerimônia explicitada como canonicamente
1388 religiosa. Da constelação de eventos acima mencionada, cumpre dar atenção específica à
1389 Procissão de Santo Antônio, que marca no próprio dia 13 de junho o encerramento de todo o
1390 ciclo festivo. Após o percurso por ruas demarcadas da cidade, o cortejo, com o andor
1391 ricamente decorado de flores, com mais de uma centena de outros andores e suas imagens (de
1392 várias localidades) e integrado ordenadamente por múltiplas categorias de participantes,
1393 dirige-se à Matriz para a missa de encerramento. Para a Igreja, no testemunho do vigário Pe.
1394 Jovanês trata-se do momento culminante, pois "tudo desemboca nela", na procissão. Ainda
1395 assim, ele insiste em dizer que a responsabilidade é de um grupo de leigos, desde a
1396 preparação, definição dos itinerários, decoração e construção do andor. E, muito embora
1397 insista em que não exerce função específica num evento de caráter manifestamente eclesial,
1398 reconhece que é sob orientação da Igreja que ele se realizaria. Essa ambiguidade parece ser
1399 pista para entrever um embate incruento, em que as cartas não são do domínio exclusivo ou

1400 preferencial, ou ainda permanente, de um dos jogadores. Detalhe de muita importância
1401 também devido ao testemunho do Pe. Jovanês: no Cordão de Santo Antônio a participação é
1402 exclusiva das mulheres solteiras. Eixo de singularização. A complexidade, heterogeneidade,
1403 interpenetração dos diversos componentes da festa de Barbalha não se deixam facilmente
1404 dominar. Creio, porém, que é possível distinguir ao menos duas referências básicas, que
1405 formariam um núcleo central irradiando nas diversas outras manifestações. Tal núcleo seria
1406 formado precisamente por um contraponto entre o Carregamento do Pau da Bandeira e a
1407 Procissão de encerramento da festa. As marcas que assinalam o caráter ritual do
1408 Carregamento (envolvendo principalmente o Corte, além do Cortejo – o carregamento
1409 propriamente dito - e o Hasteamento da Bandeira) permitem entrever sua origem rural,
1410 masculina, valorizando a virilidade. Registre-se que a única participação feminina conhecida é
1411 de uma fiel que paga promessa de cura feita em seu nome por sua madrinha de batismo:
1412 confessa ela (de apelido Ester) que o faz não porque queira, mas por obrigação. Tais marcas
1413 são de certa maneira sobrevivência de cultos pagãos, de algum modo cristianizados, mas cujo
1414 sentido se preservou na memória corporal, mais do que na memória cognitiva ou na
1415 consciência. Obviamente, não postulo continuidade histórica nem difusionismo cultural, nem
1416 tem cabimento, aqui, discutir hipóteses (arquetípicas ou tópicas) sobre tais sobrevivências. Já
1417 as marcas do respectivo contraponto, a Procissão, seriam o caráter urbano, a presença
1418 feminina (mesmo que não extensiva, mas com espaço de exclusividade que lhe é reservado), e
1419 os valores do casamento e da procriação como preenchimento das expectativas sociais –
1420 confundidas com as pessoais. Menos espetaculosa que o Carregamento, a Procissão é mais
1421 explícita na sua natureza religiosa e mais composta, como convém às moças casadouras. Nos
1422 dois casos, tão diversos, a fonte comum se encontra num espaço religioso de vários matizes,
1423 sob a égide de Santo Antônio. Num caso - o masculino - o substrato religioso, como que
1424 sobrevivendo de tempos arcanos, se manifesta essencialmente nas ações corporais, na
1425 modalidade de performance, cuja lógica dispensa a explicitação de fundamentos e consciência
1426 cognitiva. Noutro caso - o feminino - o rito manifesta abertamente seu caráter litúrgico e seu
1427 regramento eclesiástico. Mas de novo, ambos sob a égide de Santo Antônio, como virtual
1428 dispensador de respostas a necessidades específicas femininas, que se realizam na
1429 fecundidade do casamento: o potencial masculino se atualiza na expectativa feminina,
1430 legitimando, assim, de alguma forma, o gozo dionisíaco. Há, porém, outra coincidência: o
1431 tronco consagrado já não é mais tronco. Pela aparência é a materialização da potência vital do
1432 homem, agora na esfera do Santo: é por isso que se pode erguê-lo diante da Matriz e nele
1433 hastear a venerada Bandeira de Santo Antônio. Mas mesmo nessa nobre função de fazer

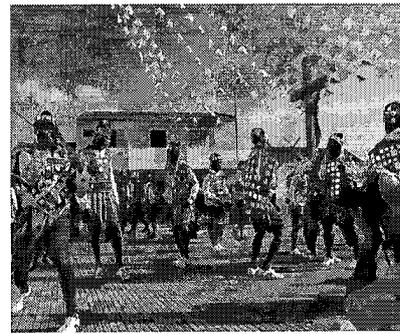
1434 tremular a bandeira, o mastro não é apenas mastro – como mostram fotografias de moças
1435 abraçando o tronco. Em paralelismo, na procissão de Santo Antônio, a estátua do Santo, que
1436 as jovens solteiras procuram tocar, não é mais uma representação, e sim o próprio santo. O
1437 mesmo vigário paroquial, Pe. Jovanês Vitoriano interpretou com felicidade o que ocorria ao
1438 dizer: "Nós não caminhamos somente com a imagem de gesso, nós caminhamos com a vida
1439 de Santo Antônio, nós caminhamos com sua proposta... É como se tivesse realmente
1440 caminhando com uma pessoa, a pessoa tá ali". Não é o único depoimento nesse sentido.
1441 Estamos diante do que os antropólogos chamam de "animação" de objetos e imagens.
1442 Caroline van Eck, por exemplo, num estudo histórico e etnográfico, descarta explicações da
1443 psicologia do desenvolvimento do século XX, já que tais respostas às imagens e objetos não
1444 são, para ela, aberrações isoladas, próprias de um estágio incipiente de desenvolvimento da
1445 humanidade, mas um componente fundamental daquela característica única dessa mesma
1446 humanidade: a capacidade de fabricar representações e dotá-las de vida e agentividade
1447 (potência de ação, capacidade de produzir efeitos). O Pau da Bandeira e as estátuas de gesso
1448 de Santo Antônio são, nesses termos, verdadeiros agentes sociais, porque efetivamente
1449 interagem com os devotos e seu mediador. É possível, pois, que nesse contraponto do
1450 Carregamento e da Procissão se pense num núcleo básico da Festa, completado por uma
1451 periferia, como se fossem um planeta e satélites que lhe giram em torno, por ele atraídos.
1452 Pode-se falar em heterogeneidade, sim, e muita, mas não em dispersão informe. 3. MÉRITO.
1453 Atendendo ao que preveem o art.216 da Constituição Federal, o Decreto 3151/2000 e a
1454 Resolução 01/2006 algumas questões merecem exame qualitativo mais acurado. A primeira
1455 delas é a questão da continuidade, à vista das mudanças significativas ocorridas desde 1928.
1456 Mais uma vez, valho-me de uma ilustração para sugerir rumo adequado no entendimento da
1457 autenticidade como sendo o que permanece na mudança: não é forçosamente a forma, é a
1458 identificação, são, por exemplo, as atribuições, que permitem analisar os "regimes de
1459 autenticidade" propostos por Lucie K.Morisset. A ilustração vem do historiador inglês
1460 Michael Oakshott, que fala das meias de seda de Sir John, membro da gentry, a pequena
1461 nobreza rural da Inglaterra. Nessa condição, Sir John precisava cuidar de sua meia de seda.
1462 Como era o único par e se desgastava pelo uso contínuo, vinha sempre remendada – e com
1463 algodão, pelo custo menor. Os sucessivos remendos progressivamente substituíram toda a
1464 seda pelo algodão. Seria ainda a meia de seda de Sir John? Em caso negativo, quando deixou
1465 de ser? Aos 50%? 70 ou 75%? Sem sombra de dúvida, ainda é a meia de seda de Sir John,
1466 reciclada, pois o algodão herdara integralmente o papel da seda e da forma e de tudo que se
1467 pudesse atribuir à meia em questão. Nessa perspectiva, as mudanças ocorridas representam,

1468 sim, menos pureza formal, mas a vida cultural, por ser vida em curso, é metabolismo,
1469 mantém-se em permanente processo de apropriação e reapropriação e recombinação de
1470 componentes. Por isso ela é impura. A cultura não pode ser concebida como um domínio à
1471 parte da vida social, nobre e nobilitante e assepticamente blindado, mas antes como uma
1472 dimensão da vida social, em quaisquer de seus tempos, espaços e modalidades e caracterizada
1473 pelo potencial de qualificação diferencial desses múltiplos espaços, tempos e modalidades,
1474 práticas e representações. O que a festa, como categoria, tem de bricolage não significa um
1475 vale tudo. As condições de continuidade que devemos identificar são aquelas das meias de
1476 seda de Sir John. Acredito que a Festa de Barbalha atenda a esse requisito. Além disso, aquilo
1477 que me parece o núcleo seminal da festa (a sequência do Pau da Bandeira e a Procissão de
1478 Santo Antônio) tem sua identidade unanimemente apontada por todos os segmentos em causa
1479 ainda que não reconheçam a relação de contraponto que sugeri. Por certo, houve
1480 ressemantizações e, mesmo, apagamento da cognição ou consciência de significados; em
1481 compensação, a reprodução teve a contribuição da corporalidade. Além disso, as maiores
1482 transformações trazidas pela mediação da festa, compromissos turísticos e econômicos em
1483 geral, conflitos internos e externos, falhas de gestão, etc.etc.se referem apenas aos satélites.
1484 Da mesma forma, as críticas se dirigem, sobretudo, aos eventos- satélite, cuja escala a cidade
1485 não estava apta a suportar. Outra questão é o envolvimento da comunidade e as identidades.
1486 Com felicidade, o Dossiê Descritivo considera o ciclo festivo de Barbalha como aquele "fato
1487 social total", de que trata Marcel Mauss, e que se caracteriza pela força gravitacional capaz de
1488 colocar em interação toda a imensa variedade de molas e agentes que movem a sociedade. Do
1489 que se expôs, pode-se concluir ser o caso de Barbalha. Nesse vasto campo de forças, mesmo
1490 sem desfazer desigualdades estruturais e hierarquias, o conjunto dos habitantes converge no
1491 reconhecimento de interesses e motivações comuns. É como nos espaços compartilhados que, na
1492 teoria de conjuntos, as intersecções permitem criar. Aceitar essa leitura não é pressupor uma
1493 identidade homogênea, ainda que do tipo nacional-popular, harmoniosamente equilibrada e
1494 inofensiva. A identidade não é uma essência congelada, mas sempre o resultado de um
1495 processo de interação: ela é situacional e a situação da festa de Barbalha dispõe de condições
1496 de construção ou reforço de identidades que não impliquem em exclusões num espaço
1497 compartilhado por múltiplas apropriações. De passagem, noto que a desconfiança com que
1498 durante muito tempo os cientistas sociais olharam para o fenômeno da festa desapareceu
1499 quando perceberam que, nela, integração e coesão não significam forçosamente superação dos
1500 conflitos e segmentações. Assim, mais que inversão bakhtiana (o mundo de ponta-cabeça,
1501 com as posições sociais trocadas) julgo preferível considerar o que se passa como um tipo de

1502 inclusão tensionada – e, segundo múltiplas referências, não tão provisória – pelo
1503 protagonismo dos segmentos populares, seja pelo prestígio que se prolonga após a festa, seja
1504 porque mutatis mutandis, as interações são, na maioria, razoavelmente simétricas. Além disso,
1505 o poder (político, eclesiástico ou econômico), apesar das oscilações de escala, não parece ter-
1506 se encontrado em situação reversa. Diferentemente do que ocorre na Barbalha, é o caráter
1507 efêmero que contribui para legitimar as hierarquias e a ordem de sempre. De novo faço apelo
1508 a depoimento do Pe. Jovanês, que me pareceu um espírito simples e modesto, mas dotado de
1509 fina intuição. Sem hierarquizar, e no meio das respostas a perguntas nem sempre
1510 adequadamente formuladas, ao desfilar um rol de motivações para participar da festa, ele
1511 fornece argumentos para que os barbalhenses se sintam identificados com sua cidade: -"estar
1512 presente junto com o povo, caminhada com o povo, estar presente mesmo as pessoas que não
1513 frequentam a missa". "religiosidade, devoção, promessas: pedir marido. Deus é o motivo
1514 maior da caminhada, sob o olhar de Santo Antonio, fraternidade, solidariedade". - identidade:
1515 "marca bem a cidade. Cidade fica bonita. Participação popular: tornar bonita a procissão...
1516 caminhar, rezar. Algo prazeroso, aqui sabendo que a cidade é nossa, que é o lugar da morada
1517 de cada um, então, no imaginar do povo passa tudo isso... caminhar com o povo de Deus...
1518 Ali, função do povo: caminhar junto". -"confraternização de famílias, interação". Com outras
1519 palavras, um exame aleatório nas entrevistas com protagonistas de manifestações da Festa, diz
1520 o mesmo que o Pe. Jovanês. Falam de alegria, animação, diversão, boniteza, do prazer de
1521 estar junto, agir junto. A festa não é uma farmácia social. É, antes, um laboratório em que
1522 formas de criar e viver – agir junto – podem ser testadas, incluindo todos os setores em
1523 interação e favorecendo processos de politização. Nesse sentido, penso, é que José Edvar
1524 Costa de Araújo (na coletânea Sentidos da Devoção) pôde falar da Festa de Barbalha como
1525 um "amplo e profundo movimento social", reforçado, eu acrescentaria, pela qualificação
1526 cultural. Nesse sentido, também, é que se justifica o potencial socioeducativo que ele
1527 reconhece na Festa do Pau da Bandeira. Escala do bem. Já que está em causa a escala nacional
1528 do registro, é preciso dizer algo sobre o alcance do bem em questão. A Festa de Barbalha tem
1529 comprovadamente extraordinário alcance local e regional (está tombada no âmbito estadual),
1530 penetrando, por capilaridade, em todos os quadrantes da vida urbana e seus espaços e tempos.
1531 Irradia-se, também, para muito além do Cariri e do Ceará, como mostra a presença crescente
1532 de turistas. Mas, teria relevância nacional? Creio que sim, e segundo dois critérios. O
1533 primeiro, mais corrente, é o da ressonância (proposto por Greenblatt e, entre nós, privilegiado
1534 por José Reginaldo Gonçalves), a capacidade de ecoar. Justifica uma avaliação positiva a
1535 quantidade de material regular da imprensa regional e nacional, de TVs, rádios, blogs,

1536 cartazes que fazem da Festa de Barbalha um fenômeno midiático, durante sua preparação,
1537 decurso e permanências. Poderíamos acrescentar a bibliografia cada vez mais numerosa, a
1538 testemunhar o interesse pelo conhecimento histórico, sociológico, antropológico e econômico
1539 da festa. O Dossiê lista, nas cinco páginas de referências bibliográficas, um número avultado
1540 de publicações, entre as quais dissertações de mestrado e teses de doutorado. Um segundo
1541 critério, de corte mais qualitativo, propõe o potencial dialógico do bem, sua capacidade de
1542 enriquecer terceiros, por mais distantes que estejam do interlocutor, não apenas o protagonista
1543 direto ou o turista consumisticamente interessado na diferença, mas quem quer que se
1544 disponha a mudar alguma coisa em sua concepção de mundo diante de experiências humanas
1545 do porte da Festa de Barbalha. Seguramente, ela tem algo a nos dizer a cada um de nós
1546 brasileiros. 4. SALVAGUARDAS. Endosso as salvaguardas propostas no parecer de Pedro
1547 Clerot (fls. 307 e v.), que podem ser assim resumidas: i. O Corte do Pau e as questões de
1548 preservação ambiental. As ações de salvaguarda devem ser discutidas entre carregadores,
1549 Prefeitura e ICMBio). ii. Atuação da polícia durante o cortejo: apoiar os carregadores na
1550 sensibilização dos policiais militares que têm agido de forma agressiva por incompreensão de
1551 certos aspectos lúdicos ou rituais da Festa. iii. Prevenção de acidentes durante o carregamento
1552 do Pau: identificar os riscos e propor como evitá-los. iv. Desfile de folgedos: estudar a
1553 proposta de instauração de câmaras setoriais, de forma a construir coletivamente propostas
1554 que atendam à sustentabilidade e continuidade das práticas de grupos mais frágeis, assim
1555 como formas participativas de decisão. De minha parte, sugiro que se adote como diretriz
1556 geral, a ser discutida e implementada junto a protagonistas, patrocinadores, administradores
1557 da festa, a premissa de que, sem detrimento do compartilhamento com o visitante, é o
1558 habitante que deve ser considerado o destinatário prioritário da festa. 5. VOTO. A Câmara
1559 Técnica do Patrimônio Imaterial, em novembro de 2013, ao reconhecer a pertinência do
1560 pedido de registro, sugeriu que seu objeto fosse designado como "Festa do Pau da Bandeira de
1561 Santo Antônio de Barbalha". O que se demonstrou acima, acredito, confirma o acerto dessa
1562 denominação. Em primeiro lugar, porque aí é que se tem a singularidade da festa de Barbalha,
1563 que permite distingui-la das demais festas antoninas. Depois, porque a força catalisadora que
1564 as ações em torno do Pau da Bandeira exercem não elimina nem desmerece quaisquer das
1565 demais manifestações que se desenvolvem no seu entorno – nem prejudica o contraponto que
1566 propus com a Procissão de Encerramento. De todo modo, por todas as razões expostas, **voto**
1567 **favoravelmente ao registro, no Livro de Registro das Celebrações, da "Festa do Pau da**
1568 **Bandeira de Santo Antônio da Barbalha" como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília,**
1569 **17 de setembro de 2015. ULPiano T. BEZERRA DE MENESES. Conselheiro. 80ª**

1570 **Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**". Jurema Machado abriu a
1571 palavra para manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes,
1572 interveio para parabenizar o Conselheiro relator pelo parecer e disse considerá-lo uma
1573 verdadeira aula. Em seguida, a palavra foi dada à Conselheira Lúcia Hussak van Velthen que
1574 disse acreditar na tem ramificação nacional da festividade, bastante grande, e sua conexão
1575 numa rede, incluindo as festas de santos da Amazônia em que o mastro também é uma figura
1576 central, e considerou que há uma conversa possível entre o carregamento desse Pau da
1577 Bandeira de Santo Antonio e a corda do Sírío de Nazaré, em termos de efeitos similares, uma
1578 vez que a corda tem o fito de pagar promessas. Concordou com o conselheiro Synésio,
1579 quando este disse que o parecer se foi uma verdadeira aula, condensada, com um grande
1580 efeito. O Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses agradeceu os elogios e disse ficar
1581 constrangido, "eu fico até um pouco constrangido porque o que se deve ser objeto aqui da
1582 nossa admiração é a festa. Mas esclarecendo: de fato seria extremamente interessante se
1583 pudesse se situar no contexto de todas as festas desse tipo. Mas isso no momento é totalmente
1584 inviável. O que procurei demonstrar é a singularidade da festa nesse contraponto do
1585 masculino e do feminino. É isso que deu. Pelo menos a lógica no meio dessa bagunceira
1586 toda". A Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca, endossou as colocações anteriores sobre
1587 os aprendizados ofertados pelas reuniões do Conselho que formam um acúmulo de
1588 conhecimento, fruto de 70 quase 80 anos, oferecendo vetores que vão se modificando, mas
1589 que mantêm uma identidade nessa modificação, segundo a Conselheira, respondendo aos
1590 novos desafios com a sensação de estarem juntos construindo essa política, sendo, ao longo
1591 do tempo, uma coisa muito prazerosa. Comentou que os pareceres são um material da maior
1592 riqueza para estudar as questões do Patrimônio e que ela mesma se valeu bastante para o
1593 próprio trabalho na área. Não havendo mais comentários a Presidenta Jurema Machado
1594 passou à votação do parecer, tendo os Conselheiros aprovado por **unanimidade o Registro**
1595 **da Festa do Pau de Santo Antônio no Município de Barbalha, Estado Ceará e sua**
1596 **inscrição no Livro de Registro das Celebrações, nos termos do parecer do relator. Fotos:**



1603 *Festa do Pau da Bandeira de Sto. Antônio em Barbalha.* A seguir citou os detentores e as
1604 autoridades presentes: Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, capitão do Pau da Bandeira, o
1605 Cícero Alencar Ferreira, pároco da Igreja de Santo Antonio; Raimundo Francelino da Silva,
1606 ex-capitão do Pau da Bandeira; Francisco Jorge da Silva, carregador do Pau da Bandeira. As
1607 autoridades, o prefeito de Barbalha, José Leite Gonçalves Cruz, Bertilde Sampaio, vice-
1608 prefeita; Isabel Cristina Cruz, primeira dama de Barbalha; Poliana Coimbra, Secretária de
1609 Meio Ambiente; Antonio de Luna, Secretário de Cultura e Turismo do município; Dorivan
1610 Amaro dos Santos, vereador e representante da Câmara Municipal de Barbalha, além dos
1611 colegas da Superintendência do Iphan do Ceará, Diva Maria Freire, Superintendente
1612 Substituta, e os dois técnicos que participaram diretamente do dossiê, Ítala Bianca Moraes da
1613 Silva e Igor Menezes Soares, que agradeceram ao Conselho Consultivo a aprovação do
1614 Registro da Festa. A palavra foi passada pela Presidenta ao Sr. Expedito Rildo Cardoso
1615 Xavier Teles, Capitão do Pau da Bandeira, que fez o seguinte pronunciamento: “Me deram a
1616 palavra para falar no microfone e vou aceitar. Primeiro para dizer que tem um verso de Luiz
1617 Gonzaga que diz: “A festa de Santo Antonio em Barbalha é de primeira, a cidade toda desce
1618 para ver o pau da bandeira”. Isso me comove nesse momento. Nós estamos no comando como
1619 capitão do pau da bandeira desde 2000. Nós pegamos essa herança de um grande capitão que
1620 era Agostinho José dos Santos, que ficou por muitos anos. Uma pessoa muito dedicada e que
1621 tinha um carinho muito especial e, infelizmente, por motivo de saúde não está aqui hoje,
1622 conosco. Emocionou a vocês, imaginem a nós que fazemos isso todo ano e parece que todo
1623 ano nós nos renovamos mais com essa emoção, com essa fé, com essa responsabilidade de
1624 estar dando continuidade a algo que já tem mais de 100 anos. Ninguém sabe precisar, porque
1625 a trezena de Santo Antonio tem registro de 300 anos. O Pau da Bandeira provavelmente está
1626 perto disso aí. Não sabemos precisar. Os registros começaram em 1928, mas poderia este ano
1627 estar sendo fechado com chave de ouro. Hoje, para nós, é a realização de um sonho. Barbalha
1628 ganhou, o prefeito José Leite, a vice Bertilde Sampaio, o secretário Antonio de Luna, o
1629 vereador Dorivan, mas essa vitória é também do povo cearense e do povo nordestino que vai
1630 ter mais um bem imaterial nacional, salvo engano só são dois no Nordeste, agora vão ser três.
1631 Isso é de uma importância muito grande para nós, presidenta. E como eu disse poderia estar
1632 sendo fechado hoje com alegria bem maior. Mas este ano perdemos um guerreiro, um herói, e
1633 que deu sua vida pela manutenção da sua tradição, da sua fé. É muito doloroso falar de Careca
1634 porque ele estava comigo há 15 anos, ali do meu lado, como o George está desde os 16 anos
1635 carregando o pau, como o Luciano que já foi capitão e tem a família envolvida de muitos
1636 anos. Ele foi e sempre será um marco para nós. Muito obrigado”. A seguir falou o Prefeito de

1637 Barbalha, José Leite Gonçalves: “Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer em nome
1638 da população de Barbalha, em nome de todos aqueles que vivem o dia a dia dessa festa que é
1639 um cotidiano do ano inteiro para o município de Barbalha. Agradecer a nossa presidenta do
1640 Iphan, a Jurema, agradecer a todos os Conselheiros, em especial ao Conselheiro Ulpiano que,
1641 enquanto ele lia o seu relatório, a gente vivenciava as coisas que aconteciam na festa de
1642 Barbalha. Para mim foi como estivesse acontecendo a festa com o seu parecer. Agradecer à
1643 equipe do Iphan, principalmente, Igor, por todos os técnicos que participaram. Nós que
1644 acompanhamos desde 2010, quando entramos com esse pedido, sempre fomos muito bem
1645 recebidos por todos os superintendentes estaduais, e isso a gente faz uma referência porque
1646 todos eles sempre fizeram todos os esforços para dar continuidade a esse projeto de
1647 reconhecimento. Lembrar que nós temos aquela preocupação com a questão com o meio
1648 ambiente, cada pau que é cortado nós plantamos mudas, embora a gente saiba que só vão estar
1649 num ponto de corte daqui a 20/30 anos, mas fazemos essa parte do meio ambiente. Nós
1650 fazemos também hoje porque no dia do carregamento do Pau da Bandeira, depois daquela
1651 celebração da missa, nós temos o cortejo dos grupos folclóricos, hoje mais de 52 grupos
1652 folclóricos que participam da festa, e para cada um desses grupos nós temos, hoje, na
1653 Secretaria de Educação, justamente a equipe nas escolas. Barbalha é uma cidade de 60 mil
1654 habitantes e nesse dia nós temos uma população nova e participam da festa 300 mil pessoas, 5
1655 vezes a nossa população. É nesse período da Festa de Santo Antonio que todos os
1656 barbalhenses recebem seus familiares que estão estudando nas capitais, estudando em outras
1657 cidades. Em cada casa, no dia do cortejo, tem uma festa porque os barbalhenses estão
1658 festejando justamente esse significado, o hasteamento do pau da bandeira para demonstrar
1659 para toda a população e para a população que mora ao redor da cidade da circunvizinhança
1660 que a Barbalha está em festa. Então agradecemos de todo coração e esse registro para nós é de
1661 uma importância muito grande e toda região vai saber agradecer e valorizar esse registro que
1662 foi feito. Muito obrigado a todos vocês”. Em homenagem post-mortem, foi lido um texto em
1663 memória de Cícero Ricardo, apelidado de Careca, um dos organizadores do cortejo há 15 anos
1664 e capitão da festa, que faleceu vítima de acidente a última festa deste ano do Pau da Bandeira,
1665 pelo técnico Igor Menezes. A Presidenta fez ainda, referência ao deputado José Guimarães,
1666 líder do Governo na Câmara, que não pôde permanecer para acompanhar a votação final do
1667 registro: “Gostaria muito que o deputado pudesse estar aqui neste momento porque o
1668 deputado José Guimarães elaborou um projeto de lei com vistas ao reconhecimento desta festa
1669 como Patrimônio Imaterial brasileiro. Tendo em vista a preocupação dele com a
1670 manifestação, esse tema foi objeto de um debate do Iphan com o deputado, quando

1671 solicitamos que ele alterasse a proposta não mais como iniciativa legislativa, mas como
1672 Indicação ao Executivo com vistas ao reconhecimento, tendo o deputado concordado com a
1673 mudança, justamente para que o Iphan tivesse a chance de cumprir com todos os
1674 procedimentos que levam ao reconhecimento formal por este Conselho e que tem as
1675 consequências, desdobramentos legais e compromissos do Estado brasileiro com a
1676 conservação da festa, com a salvaguarda da festa, coisa que o projeto de lei por si não
1677 possibilitaria. Ele teve essa sensibilidade e, portanto, eu fiquei muito feliz que ele estivesse
1678 aqui hoje para compreender e tomar ciência de todo o processo que possibilita este momento”.

1679 Em seguida passou a palavra para TT Catalão, Diretor do Departamento do Patrimônio
1680 Imaterial – DPI, que fez o seguinte pronunciamento: “Primeiro, saudar a lucidez e a beleza
1681 com que foi construído o seu relatório que engrandeceu muito porque temos necessidade de
1682 conceitos para estabelecer políticas. Criou fundamentos, inclusive. Principalmente naquilo
1683 que a conselheira Cecília levantou quando chega o momento de pressão local muito rígida,
1684 muito mais forte, muito mais significativa, para transferir isso para o nacional. E acho que
1685 você tocou muito bem nesse ponto ao falar da ressonância, porque é exatamente onde você
1686 encontra nesse momento, o litúrgico, o lúdico, e o telúrico, muito bem resolvidos. Isso é
1687 universal, isso não é só nacional, como as obras de Shakespeare. Elas são eternas porque
1688 trataram do próprio drama humano. Então, está entrelaçado o litúrgico, o lúdico e o telúrico,
1689 essa relação da terra, essa relação de prazer. E seu relato nos provoca o tempo todo quando
1690 você fala do sacrifício. Na própria etimologia do sacrifício, tem o sacro-ofício, não só do
1691 fazer, trazer, tornar sagrado, mas também desse limpar da dor, limpar da culpa, limpar da
1692 penitencia no sentido de um resgate da própria alma. Isso foi brilhante. E isso ressalta também
1693 que o nosso compromisso com os compromissos dos bens registrados, as salvaguardas e as
1694 necessidades de salvaguardas. Então, essa é a construção posterior que nos angustia muito
1695 isso e nos faz mais responsáveis a cada bem que se registra. Em relação ao pau, um pau dessa
1696 qualidade em qualquer lugar que se encontra. Inclusive essa intimidade do Pau de Toinho é
1697 muito linda, por esse trânsito entre o sagrado e o profano. Cada casa de santo de terreiro tem
1698 os seus afoxés para ir para a rua. Lembrei muito, também, da veneração do corte que é muito
1699 rígido no Quarup, que é muito rígido para que se encomende esse corte, e me foi dito aqui que
1700 é o jatobá, é esse do filme, a rama branca, o angico e a aroeira que são os paus mais comuns.

1701 E uma fala também do prefeito Fabiano que evoca muito a primeira colocação da presidente,
1702 quando ele fala assim: “Não cite muito o meu nome porque eu não quero que a festa se acabe
1703 por envolver política nela”. Isso nos ajuda muito essa frase por uma série de embates,
1704 inclusive pedagógicos, o testemunho do deputado José Guimarães que se conscientizou da

1705 necessidade de que os bens não sejam registados por atos legislativos para não configurar os
1706 lamentáveis currais eleitorais onde a gente sofre com uma distorção da própria democracia
1707 representativa. Então isso foi muito bacana da parte dele, ele perceber todo processo de
1708 registro, todas as etapas, toda a solidez, a consistência que tem isso, que vinha numa
1709 culminância do seu relato, extraordinariamente brilhante. Eu acho também que você colocou
1710 uma situação muito forte no simbolismo que foi a animação dos objetos. Quando você fala da
1711 seda. Eu me lembrei inclusive de fatos da II Guerra quando as mulheres não tinham seda
1712 porque o nylon era fundamental para fazer paraquedas, elas riscavam com carvão a parte
1713 posterior da perna para que insinuasse que estivesse com seda. Quer dizer esse valor do
1714 simbólico é poderosíssimo e ele conduz muito. Existem muitas observações, a gente fica
1715 fervendo para falar, mas não vou me alongar, mas nós vamos anexar numa sacolinha posterior
1716 o seu pronunciamento representando todo o Conselho, lá no lançamento do Selo
1717 comemorativo dos 15 anos do Decreto nº 3.551/2000. E esta tarde é uma tarde também de
1718 celebração disso e o seu texto é brilhante, no sentido também, já comentado por nós no início,
1719 de realizarmos um matrimônio entre imaterial e material que amadurece profundamente
1720 dentro desta casa. Eu só vou ler um pouquinho deste texto para coroar essa relação toda: “A
1721 atuação do Iphan contribuiu fortemente para desfazer falsas polaridades que se vinham
1722 formando em torno da oposição material versus imaterial, patrimônio morto versus
1723 patrimônio vivo, mão versus mente, corpo versus espírito – e assim por diante. O patrimônio
1724 material é cultural quando é qualificado por sentidos e valores, que são realidades imateriais.
1725 E a Constituição, na esteira das ciências sociais, nos permite dizer que sentidos e valores não
1726 são inerentes às coisas, mas produzidos nas práticas sociais e socializados com a mediação
1727 dessas mesmas coisas materiais. Por sua vez, o patrimônio imaterial só se realiza, ação que é,
1728 se também existirem vetores materiais. Veja-se o caso do saber-fazer, que não coincide com o
1729 conhecimento abstrato, mas é corporificado, tem o corpo como vetor: é o conhecimento da
1730 cozinheira, do músico, do dançarino, que, como nós, quando guiamos um carro, agimos com
1731 o conhecimento memorizado pelo nosso corpo, esse corpo material imbricado na trama das
1732 dimensões imateriais”. Esse texto estará disponível. Também, como nós tivemos a brilhante
1733 exposição da Casa da Moeda, do Centro Cultural e do Museu Mariano Procópio, que a
1734 Conselheira Maria da Conceição Guimaraens também tem uma frase lapidar nesse sentido do
1735 matrimônio material e imaterial quando ela diz: “Documentos antigos e pesquisas recentes
1736 sobre os fatos históricos quando articulados ao espaço físico e imaterial da construção
1737 possibilitam o percurso imaginário”. Isso é bastante lapidar que deu essa emoção e a riqueza
1738 deste dia onde as duas vertentes são complementares, são construtoras de uma nova

1773 lavrei a presente Ata a qual dou fé e assino, juntamente com a Presidenta e os demais
1774 Conselheiros.



Jurema Machado



Jorge Augusto Oliveira Vinhas



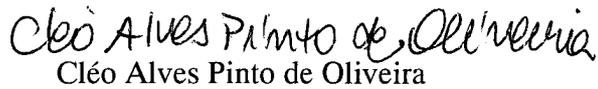
Carla Maria Casara



Carlos Eduardo Dias Comas



Carlos Roberto Brandão



Cléo Alves Pinto de Oliveira



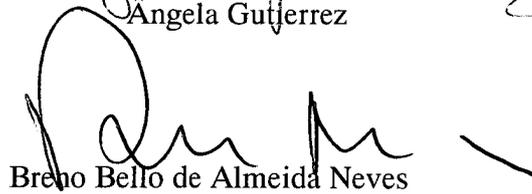
Maria da Conceição Alves de Guimaraens



Roque Barros Laraia



Angela Gutierrez

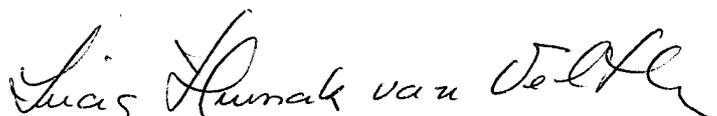


Breno Bello de Almeida Neves



Luiz Felipe de Castro Andrès

1739 consideração e de uma nova política pública do Brasil e do próprio Iphan, só agradecer e
1740 muito obrigado”. Pediu a palavra o Conselheiro Luiz Viana Queiróz: “Permita-me uma
1741 colocação, Presidenta. Em primeiro lugar, lamento não ter convivido com os Conselheiros na
1742 parte da manhã. Foi um problema meu de comunicação aqui com o Iphan e acabei não
1743 pegando o voo cedo, mas ainda bem que consegui chegar aqui para essa segunda parte. E eu
1744 gostaria que constasse em ata. Infelizmente, não pude estar consigo em Salvador por conta da
1745 minha agenda num evento tão importante que foi aquele que aconteceu esta semana. Já que
1746 não pude dizer isso lá no solo da Bahia, lhe digo aqui que eu gostaria de registrar a altíssima
1747 qualidade da sua gestão, da sua atuação e de toda a sua equipe. Então eu gostaria de registrar e
1748 fazer esse elogio à sua gestão e à sua equipe e também em relação à gestão que é feita na
1749 Superintendência da Bahia por Carlos Amorim. Não é nunca bom fazer comparações assim
1750 do mais ou do menos porque cada um tem a sua contribuição, mas, efetivamente, a gestão de
1751 Carlos Amorim é um marco no Patrimônio Histórico em Salvador, Bahia. Acho que a forma
1752 como o Conselho do Patrimônio tem se conduzido com essa qualificação que vimos hoje,
1753 nesse exemplo do parecer do professor Ulpiano é algo que efetivamente merece todo o elogio
1754 e o registro que a gente realmente está ajudando o Brasil a se conhecer”. Não havendo mais
1755 manifestações, a Presidenta agradeceu aos Conselheiros: “Obrigada, Conselheiros. Hoje é um
1756 dia de celebrações. Eu acho que nós estamos precisando muito desses estímulos, porque como
1757 eu comentei, hoje pela manhã, são tempos difíceis e que, de fato, nós precisamos ser alentados
1758 por esse tipo de situação, por esses resultados, por essas emoções que este trabalho nos
1759 proporciona, por ver uma situação tão genuína como essa do registro da festa, o envolvimento
1760 da Superintendência do Ceará de uma forma tão apaixonada, mas, ao mesmo tempo tão
1761 profissional, gerando esses resultados que temos aqui. Eu tinha mencionado que o
1762 Conselheiro não estava aqui pela manhã, das excelências que temos tido no PAC-Cidades
1763 Históricas, apesar de resultados parciais, os melhores resultados que temos estão na Bahia,
1764 exatamente confirmando essa afirmação do conselheiro. Bem. Obrigada”. Não havendo mais
1765 nada a tratar a Presidenta Jurema Machado deu por encerrado os trabalhos da 80ª Reunião do
1766 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, agradeceu a todos e convocou os Conselheiros
1767 para a próxima reunião, marcada para o dia 26 de novembro de 2015, da qual eu, Jorge
1768 Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata a qual dou fé e assino, juntamente com a
1769 Presidenta e os demais Conselheiros. Não havendo mais nada a tratar a Presidenta Jurema
1770 Machado deu por encerrado os trabalhos da 80ª Reunião do Conselho Consultivo do
1771 Patrimônio Cultural, agradeceu a todos e convocou os Conselheiros para a próxima reunião,
1772 marcada para o dia 26 de novembro de 2015, da qual eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas,

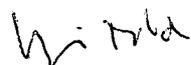

Lucia Hussak Van Velthem


Marcos Castrioto de Azambuja


Maria Cecília Londres Fonseca


Nestor Goulart Reis


Synésio Scofano Fernandes


Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes

